

**UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL  
PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES - UNDF**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
(INSERIR O NOME DO CURSO)**

---

**(INSERIR O NOME DA ESCOLA)**

Brasília, DF  
(Inserir Mês/ Ano)

**Governador do Distrito Federal**

(Preencher considerando quem está em exercício)

**Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF  
Reitora Pro Tempore**

(Preencher considerando quem está em exercício)

**Elaboração/revisão geral de conteúdo**

(Inserir o nome dos colaboradores que construíram o conteúdo técnico)

**Elaboração/revisão técnica de conteúdo**

(Inserir o nome dos colaboradores que construíram o conteúdo técnico)

**Revisão de Língua Portuguesa**

(Inserir o nome dos colaboradores que construíram o conteúdo técnico)

**Normalização**

(Inserir o nome dos colaboradores que normalizaram o documento)

**Diagramação**

(Inserir o nome dos colaboradores que diagramaram o documento)

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS<sup>1</sup>**

(Inserir neste espaço, caso tenha, a lista de todas as abreviaturas e siglas contidas neste PPC, isso conforme NBR 14724/2011)

---

<sup>1</sup> Segundo as normas da ABNT, estas listas pré-textuais são opcionais. Porém, caso se escolha utilizá-las, deve-se ter lista de tudo que tiver no texto: quadros, tabelas, figuras, e todas deverão constar em página própria.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

(Inserir neste espaço, caso tenha, a lista de todas as figuras contidas neste PPC, isso conforme NBR 14724/2011)

Figura 1 - Título da figura .....(n° da página onde ela está)  
Figura 2 - Título da figura .....(n° da página onde ela está)  
Figura 3 - Título da figura .....(n° da página onde ela está)

### GRÁFICOS

(Inserir, neste espaço, a lista de todos os gráficos contidos neste PPC, isso conforme NBR 14724/2011)

Gráfico 1 - Título do gráfico .....(n° da página onde ele está)  
Gráfico 2 - Título do gráfico .....(n° da página onde ele está)  
Gráfico 3 - Título do gráfico .....(n° da página onde ele está)

### QUADROS

(Inserir, neste espaço, a lista de todos os quadros contidos neste PPC, isso conforme NBR 14724/2011)

Quadro 1 - Título do quadro .....(n° da página onde ele está)  
Quadro 2 - Título do quadro .....(n° da página onde ele está)  
Quadro 3 - Título do quadro .....(n° da página onde ele está)

### TABELAS

(Inserir, neste espaço, a lista de todas as tabelas contidas neste PPC, isso conforme NBR 14724/2011)

Tabela 1 - Título da tabela.....(n° da página onde ele está)  
Tabela 2 - Título da tabela .....(n° da página onde ele está)  
Tabela 3 - Título da tabela .....(n° da página onde ele está)

ETC...

## **MARCOS REGULATÓRIOS LEGAIS**

(Inserir, neste espaço, as normativas legais que regem o Curso de Graduação)

## Dados de identificação do Curso

Denominação do Curso	(Inserir, neste espaço, o <b>nome do curso</b> a que se refere este PPC.)
Titulação acadêmica conferida	(Inserir, neste espaço, se a titulação acadêmica será de <b>Bacharel, Licenciado ou Tecnólogo.</b> )
Modalidade de ensino	(Inserir, neste espaço, se a modalidade de ensino do curso será: <b>Presencial</b> ou <b>A Distância</b> / indicar o limite percentual da carga horária EaD do curso presencial.)
Carga Horária Total	(Inserir, neste espaço, o <b>número total de horas do curso.</b> )
Turno de funcionamento	(Inserir, neste espaço, o turno previsto para funcionamento do curso: <b>Manhã</b> ou <b>Tarde</b> ou <b>Noite</b> ou <b>Integral.</b> )
Endereço de funcionamento	(Inserir, neste espaço, o <b>endereço da escola</b> em que o curso funcionará, isso conforme o cadastro no e-Mec.)
Regime letivo	(Inserir, neste espaço, se o regime letivo é <b>Semestral</b> ou <b>Anual.</b> )
Número de vagas autorizadas	(Inserir, neste espaço, o <b>número de vagas autorizadas</b> para o curso, isso conforme cadastro e-Mec.)
Número de vagas por processo seletivo	(Inserir, neste espaço, o <b>número de vagas por processo seletivo</b> , isso conforme Termo de Adesão do SiSU.)
Periodicidade do processo seletivo	(Inserir, neste espaço, se a periodicidade do processo seletivo do curso é <b>semestral</b> ou <b>anual.</b> )
Formas de Ingresso	(Inserir, neste espaço, as formas de ingresso, se por <b>processo seletivo, transferências e obtenção de novo título.</b> )
Tempo para Integralização Curricular (Duração do Curso)	(Inserir, neste espaço, o tempo para integralização <b>previsto na DCNs: em semestres.</b> )
	(Inserir, neste espaço, o <b>tempo máximo</b> de integralização: em semestres, previsto na DCNs)
Ato Autorizativo de Criação do Curso	(Inserir, neste espaço, o <b>ato normativo que autorizou a criação do curso.</b> )
Ato autorizativo de funcionamento	(Inserir, neste espaço, o ato normativo que autorizou o início de funcionamento do curso, isso <b>em caso de reestruturação.</b> )
Código e-MEC	(Inserir, neste espaço, o código do curso de acordo com o e-MEC, isso <b>em caso de reestruturação.</b> )
Ato regulatório de reconhecimento do curso	(Inserir, neste espaço, a portaria conforme publicação no Diário Oficial da União, isso <b>em caso de reestruturação.</b> )
Ato regulatório de renovação de reconhecimento do curso	(Inserir, neste espaço, a portaria conforme publicação no Diário Oficial da União, <b>isso em caso de reestruturação.</b> )

Conceito Preliminar do curso (CPC)	(Inserir, neste espaço, a qualidade do curso em cada ciclo avaliativo, <b>isso em caso de reestruturação.</b> )
Nota do Enade	(Inserir, neste espaço, o desempenho dos estudantes em cada ciclo avaliativo, <b>isso em caso de reestruturação.</b> )

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL - UNDF</b>	<b>12</b>
1.1. Histórico da UnDF	12
1.2. Missão Institucional	14
1.3. Visão	14
1.4. Valores	14
<b>2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA UNDF</b>	<b>15</b>
<b>3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA UNDF</b>	<b>17</b>
<b>4. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO</b>	<b>19</b>
<b>5. OBJETIVOS DO CURSO</b>	<b>20</b>
5.1. Objetivo geral	20
5.2. Objetivos específicos	20
<b>6. PERFIL DO EGRESSO</b>	<b>21</b>
<b>7. REGIME LETIVO</b>	<b>22</b>
<b>8. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO</b>	<b>23</b>
<b>9. ARQUITETURA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E CURRICULAR DA UNDF</b>	<b>24</b>
9.1. Diretrizes pedagógicas e curriculares	24
9.2. Núcleo Universal da UnDF	28
<b>10. DESENHO DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO</b>	<b>34</b>
10.1. Interdisciplinaridade e flexibilidade no Currículo	34
10.2. Matriz Curricular	35
10.3. Ementário	35
<b>11. TCC</b>	<b>37</b>
<b>12. PRÁTICAS: ESTÁGIO SUPERVISIONADO E HABILIDADES PROFISSIONAIS</b>	<b>38</b>
<b>13. MODOS DE APRENDIZAGENS</b>	<b>39</b>
13.1. Organização dos tempos e espaços para as aprendizagens	40
13.2. Espaço/tempo para a pesquisa e a produção científica	42
13.3. O HPE como espaço/tempo privilegiado para pesquisa e estudo	43
13.4. O espaço/tempo para a prática	44
<b>14. ABORDAGEM METODOLÓGICA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>	<b>45</b>
<b>15. AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS NA UNDF: tecendo novas direções</b>	<b>46</b>
15.1. Construindo aprendizagens	52
15.2. Avaliação como lugar de inclusão	53
15.3. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	53
<b>16. TIDCs NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>	<b>55</b>
16.1. Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA	55
<b>17. ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</b>	<b>57</b>
<b>18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>58</b>
18.1. Comissão Própria de Avaliação - CPA	58
18.2. Critérios e procedimentos de avaliação do Curso	58
18.3. Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso	58
18.4. Exame Nacional de Desempenho do Estudante - ENADE	58
<b>19. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO</b>	<b>60</b>
19.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE	60

19.2. Colegiado do Curso	60
19.3. Coordenação do Curso	61
19.4. Perfis das equipes docente, técnico-pedagógica e técnico administrativa	62
19.5. Instalações, equipamentos e recursos tecnológicos	62
<b>20. BIBLIOTECA</b>	<b>64</b>
<b>21. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO</b>	<b>67</b>
21.1. Políticas de ensino, pesquisa e extensão	67
21.2. Políticas de apoio discente	68
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>71</b>

## APRESENTAÇÃO<sup>2</sup>

Neste espaço, apresentar o projeto ao público em geral e à comunidade acadêmica, destacando a finalidade de um PPC e fazendo uma breve descrição do processo de construção deste PPC (ou de reestruturação, se for o caso); sugere-se discorrer sobre como foram desenvolvidas as fases do trabalho de elaboração. Identificar ainda: 1) O marco legal de criação do curso e seus princípios norteadores; 2) A legislação utilizada para compor o projeto pedagógico do curso (com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Fundamentos Norteadores); 3) Os normativos da UnDF que norteiam a proposta apresentada neste documento.

Acrescentar este parágrafo no final deste capítulo:

Por fim, destaca-se que esta é a 1ª versão do PPC do Curso (acrescentar o nome do curso) e deve servir como ponto de partida para iniciar a organização do trabalho pedagógico de todo o curso. Necessário ressaltar ainda que este é um documento que precisa estar em constante movimento e que exige periódicas atualizações e reformulações a serem conduzidas pelo corpo docente da UnDF, isso considerando a participação efetiva e democrática dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica. Para tanto, destaca-se a necessidade de este documento pedagógico dialogar cada vez mais com as práticas pedagógicas que buscam romper com as formas conservadoras de avaliar, aprender, ensinar e pesquisar no ensino superior. A UnDF nasce com a missão de propor outra forma de lidar com o conhecimento, uma forma mais humana, ética e propositiva. Sendo assim, sugere-se um trabalho coletivo de qualificação não apenas do texto em si, mas sobretudo de aproximação do PPC ao cotidiano vivo do contexto em que esta universidade pública distrital está inserida.

---

<sup>2</sup> Neste documento, as orientações para elaboração de PPC encontram-se em azul, e os textos comuns a todos os cursos, em preto. Os textos em preto, poderão ser atualizados ou modificados, conforme o contexto e as singularidades de cada curso, desde que as alterações estejam em consonância com a proposta pedagógica da UnDF, expressa em seus documentos norteadores.



## 1. UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL - UNDF

### 1.1. Histórico da UnDF

A educação, como prática social histórica, está em constante movimento de transformação, reconstrução e ressignificação da realidade concreta. A universidade, como instituição social, atravessa temporal e espacialmente a história e se refaz em seus pactos sociais, evidenciando a sua importância na busca de outros olhares e proposições para a transformação da sociedade.

A narrativa da construção de uma universidade evoca elementos que destacam as memórias, os olhares e os esforços tanto de indivíduos como de um grupo para a concretização dos anseios de toda uma coletividade. Dessa forma, reconhece-se, então, que as instituições educativas “não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional” (SANFELICE, 2008, p. 15), mas espaços formativos nos quais a visão do coletivo ganha expressiva importância. Por esse envolvimento e empenho de todo um grupo, essas instituições assumem o compromisso social de interferir positivamente na realidade material e cultural na qual se insere e de corroborar o seu desenvolvimento sustentável.

Embora a UnDF tenha sido criada apenas no início da década de 2020, como resultado de esforços empreendidos para a ampliação da oferta de educação superior pública na RIDE-DF, as primeiras referências à instalação de uma universidade de âmbito distrital podem ser encontradas ainda nos primeiros anos da década de 1990. Isso significa que a referência legal que dá início ao desejo de criação de uma universidade dessa natureza ocorre ainda no final do primeiro momento de constituição do campo da educação superior do DF, indicado por Souza (2013) como correspondente ao período 1962-1994. Essa referência, a Lei nº 403/1992, autorizava o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB e, por consequência, a implantar a Universidade Aberta do Distrito Federal – UnAB/DF.

A partir disso, o Distrito Federal passou a ter a obrigação legal de criar um sistema próprio de educação superior pública, conforme expresso no Artigo 240, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), promulgada em 8 de junho de 1993:

Art. 240. O Poder Público deve criar seu próprio sistema de educação superior, articulado com os demais níveis, na forma da lei.

§ 1º Na instalação de unidades de educação superior do Distrito Federal, consideram-se, prioritariamente, regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior, observada a vocação regional. (DISTRITO FEDERAL, 1993).

Além de estabelecer os fundamentos da organização do DF, no âmbito de sua autonomia constitucional como integrante do regime federativo, a referida lei previa, em seu artigo 36 – Disposições Transitórias –, a criação de uma universidade pública: “A lei instituirá a Universidade Regional do Planalto – Uniplan, órgão vinculado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, e estabelecerá sua estrutura e objetivos.” (DISTRITO FEDERAL, 1993).

Dezoito anos depois, a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF foi criada pela Lei Complementar nº 987/2021, “sob a forma de fundação pública e regime jurídico de direito público, integrante da administração indireta, vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 2021a). De maneira a constituir uma identidade institucional própria, essa universidade poderá atuar em todas as áreas do conhecimento, nos níveis de graduação (licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia) e de pós-graduação (stricto e lato sensu).

Todavia, é importante ter clareza de que essas linhas de atuação não excluem outras possibilidades de atividade que venha a desenvolver, no caso, ligadas à formação técnica e à própria educação básica, dependendo da configuração e das parcerias que essa instituição venha a firmar no contexto do DF e RIDE. Também na perspectiva dos registros sobre a instalação da UnDF, cabe ressaltar que, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no Decreto nº 42.333/2021, o Governador do Distrito Federal – Ibaneis Rocha Barros Junior – nomeou como Reitora Pro Tempore da UnDF a Profª Drª Simone Pereira Costa Benck.

Importante destacar ainda que, apesar de a UnDF ter sido criada em 2021, já existiam, no cenário de educação pública distrital, algumas Instituições de Ensino Superior- IES. À época, duas delas já estavam credenciadas no e-MEC – Sistema de Fluxo de Processos de Regulação e Avaliação da Educação Superior. A primeira – Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) – teve seu credenciamento e autorização para funcionamento por meio do Parecer no 95/2001 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF). Enquanto a segunda – Escola Superior de Gestão (ESG) –, pela Portaria nº 405/2017. Além dessas, também já existia a Escola

Superior de Polícia Civil (ESPC), que passou a ter essa denominação a partir do Decreto nº 39.218/2018.

Como primeira IES criada pelo governo local, em 2001, a ESCS foi instalada, inicialmente, com o curso de Medicina. Em 2008, criou o Curso de Enfermagem, cuja autorização para funcionar ocorreu por meio da Portaria SEEDF nº 195, de 8 de setembro do mesmo ano.

Portanto, em toda sua narrativa menina, contada por diversas e atuantes vozes como instituição distrital, a UnDF se conecta às necessidades do contexto no qual está inserida, tendo estabelecidas sua missão, visão e valores no ensejo de que ela abrigue um universo diverso de pessoas, partilhe sentidos e significados comuns, atravesse fronteiras e provoque a ânsia por mudanças.

## **1.2. Missão Institucional**

Ser uma universidade com gestão de excelência, inovadora, inclusiva e tecnologicamente avançada e orientada para a formação de cidadãos e profissionais capazes de atuar de forma crítica, democrática e ética frente aos desafios locais, regionais, nacionais e globais, comprometidos com a transformação da sociedade e o desenvolvimento sustentável.

## **1.3. Visão**

Ser referência entre as universidades na formação tecnologicamente avançada em diferentes áreas do conhecimento, assegurando patamares crescentes de inserção local, nacional, regional e internacional, por meio de uma gestão democrática, inovadora e inclusiva que a configure como vetor de transformação da realidade social, econômica e ambiental.

## **1.4. Valores**

Constituindo a base para a tomada de decisões estratégicas e sendo fundamentais para que um grupo de indivíduos invista na criação de uma identidade coletiva em torno de objetivos comuns, direcionando as decisões tomadas e as ações realizadas em todos os níveis da instituição, os valores institucionais propostos para a UnDF são: ética pública e institucional, gestão democrática, inclusão, inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, pluralismo, sustentabilidade e responsabilidade social e transparência e interesse público.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA UNDF

Elencar algumas teorias para tecer possibilidades de diálogo entre elas é uma forma acolhedora de se pensar a aprendizagem e o sujeito que aprende nos cursos promovidos pelas escolas da UnDF. Freire aponta que:

[...] O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (FREIRE, 1996, p. 76-77).

As contribuições da Teoria da Subjetividade Cultural-Histórica, desenvolvida por Fernando Luis González Rey (2005), convertem-se em possibilidade no entendimento da emergência de um sujeito dialético, subjetivo e sócio-histórico-cultural, bem como da aprendizagem sendo produção subjetiva. A subjetividade é definida como a organização de processos de sentido e significação que aparecem e se organizam de formas diferenciadas e em diferentes níveis no sujeito, bem como nos espaços sociais em que atua. (GONZÁLEZ REY, 1999).

Partindo dessas premissas, a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski é importante neste contexto contemporâneo, pois evidencia o desenvolvimento humano como marcadamente impulsionado pelas relações sociais imersas em uma cultura historicamente produzida e reelaborada. Acertadamente, a perspectiva vigotskiana aponta o papel da mediação por meio de instrumentos e signos como impulsionadores do desenvolvimento humano.

Destaca-se, também, que a aprendizagem colaborativa nos apresenta a possibilidade do desenvolvimento com o outro. Aprender colaborativamente em uma perspectiva ampla aponta que a ocorrência da aprendizagem é um efeito colateral da interação entre pares envolvidos em um sistema de interdependência para a resolução de problemas ou para o desenvolvimento de atividades propostas pelo professor. (TORRES; IRALA, 2014).

Nesse caso, a compreensão da processualidade do sujeito no curso de suas experiências sociais, culturais e historicamente produzidas é elemento que partilha das ideias aqui desenvolvidas.

Por compreender a realidade como fenômeno complexo, é convidativo o olhar da Teoria da Complexidade de Morin (2005), uma vez que, como sistema de pensamento, afeta a compreensão de sujeito, a forma como a produção do conhecimento é tecida e a reconstrução da realidade, bem como o modo como esses aspectos reverberam nos planos social e político em que as práticas se materializam.

Dessa forma, o que se propõe é que a **perspectiva histórico-cultural**, a **teoria da subjetividade** e a **teoria da complexidade** possam alicerçar as escolhas que orientam este PPC, fortalecendo a compreensão de aprendizagem a partir de uma concepção complexa de subjetividade como sistema organizador dos processos de sentidos e significados e a forma como se expressam em cada sujeito.

Assim, essas bases epistemológicas também coadunam com a eleição da perspectiva da **aprendizagem criativa**, no tocante à assunção da teoria da subjetividade em uma perspectiva histórica e cultural e por romper com a criatividade enquanto dom, talento e condição inacessível, mas inerente a todos os sujeitos que aprendem. Considera-se a criatividade

[...] um processo complexo da subjetividade humana na sua simultânea condição de subjetividade individual e subjetividade social que se expressa na produção de “algo” que é considerado ao mesmo tempo “novo” e “valioso” em um determinado campo da ação humana. (MARTÍNEZ, 2000 *apud* MARTÍNEZ, 2009, p. 161, grifo nosso).

Defende-se o entendimento de que ser criativo não é um adjetivo destinado a poucos, mas um processo comprometido com a aprendizagem e o desenvolvimento humano que demanda ações diversificadas e que exigem a percepção do outro e de sua singularidade. Assim, a escolha das ideias desenvolvidas por Martínez (2009), na compreensão da aprendizagem criativa, partilha do olhar possível sobre o “ser criativo” saindo da ordem da aptidão para o desenvolvimento de recursos pessoais.

### 3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA UNDF

A opção de se fazer uso de metodologias problematizadoras, por meio do compartilhamento de experiências teórico-práticas vivenciadas no processo de formação, corrobora uma mudança de paradigma, avança para além do fazer técnico, encaminhando para a compreensão da necessidade de uma aprendizagem ativa que tenha sentido face às construções da atual sociedade. Ademais, supõe considerar que os sujeitos são diferentes, inclusive na sua forma de aprender, e, por isso, a necessidade de diferentes espaços, práticas e formas de organização do currículo de cada curso na instituição educacional.

Diferentes estratégias metodológicas, em suas múltiplas possibilidades de problematização da realidade e construção do conhecimento, podem fortalecer a integração entre teoria e prática, promover a intervenção e a transformação da realidade e ainda abrir espaços relacionais dialógicos e comprometidos com o desenvolvimento do estudante, respeitando suas emoções e seu protagonismo.

Com essa ação, busca-se a coerência entre o que é estudado e discutido e o que se faz: vivenciar, no espaço de formação do ensino superior, o que se orienta às áreas de atuação profissional dos estudantes, fazendo, assim, com que todos os conhecimentos construídos nos diversos ambientes de aprendizagem tenham sentido e que sejam aproveitados para as transformações necessárias.

Uma sociedade que está em constantes mudanças requer uma nova compreensão sobre qual o impacto disso na forma de aprender e de ensinar. É preciso se ajustar aos novos tempos e, para isso, torna-se urgente repensar os **tempos e espaços** envolvidos na organização do trabalho pedagógico, por exemplo, propondo situações de aprendizagem que despertem a curiosidade e que promovam voos para além da sala de aula, ambiente visto, por muito tempo, como único espaço de produção do conhecimento.

Coutinho e Lisboa (2011) esclarecem que, com o advento das novas tecnologias, permite-se o acesso a um fluxo intenso e contínuo de informações desprovidas de barreiras territoriais e temporais, o que traz a necessidade de diferenciadas abordagens de ensino e aprendizagem que ultrapassem barreiras espaciais, temporais e outras, estimulando o estudante a participar e interagir, de forma flexível, criativa e inovadora, com esse contexto.

É importante considerar também todas as possibilidades e recursos que as tecnologias digitais permitem desenvolver no processo de formação dos estudantes em espaços/modalidades para além do ensino híbrido ou de uma proposta de Educação a Distância. O que se coloca é a necessidade da mudança na organização didático-metodológica, e não apenas a proposição de uso de recursos digitais ou espaços virtuais mantendo a mesma opção tradicional de ensino. Promover novos espaços e tempos, por meio da imersão do trabalho pedagógico em uma cultura digital, favorece a capacidade investigativa, promove o desenvolvimento da criticidade e da capacidade de gestão do processo formativo.

Já como uma possibilidade de se repensar os espaços e tempos das escolas da UnDF, na organização pedagógica dos seus cursos, indica-se um horário específico, denominado Horário Protegido para Estudo - HPE<sup>3</sup>, destinado ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e de estudo, seja em ambiente virtual ou presencial.

---

<sup>3</sup> A subseção xxx é dedicada ao HPE. (Favor verificar o número da subseção no documento, pois ela pode variar, de acordo com a existência ou não de estágio supervisionado no curso).

#### **4. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO**

Neste espaço, apresentar embasamento da justificativa de oferta do curso na UnDF, enfatizando aspectos como:

- ✓ A realidade socioeconômica para a oferta do curso na região de abrangência do Campus.
- ✓ Os dados estatísticos, as evidências e as implicações que justificam a oferta do referido curso para qualificação dessa área profissional no contexto regional em que está inserido.
- ✓ As circunstâncias da proposição, o universo e o contexto educacional em que o curso está inserido;
- ✓ As pesquisas de viabilidade de funcionamento e de demonstração de carência de profissionais formados na área;
- ✓ A demanda por profissionais e a inserção dos egressos no mundo do trabalho local, regional e nacional;
- ✓ Se os resultados dos ciclos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) apontarem fragilidades nos cursos com o mesmo objetivo, indicar as estratégias e meios para sanar as fragilidades identificadas;
- ✓ O papel do curso no desenvolvimento sustentável do DF e da Ride, de acordo com demandas do setor relacionado e do mundo do trabalho;
- ✓ Os resultados de pesquisas de egressos do curso, indicando a necessidade de alterações no currículo. (Isso para o caso de reestruturação).

## 5. OBJETIVOS DO CURSO

Ao elaborar o **objetivo geral** e os **objetivos específicos** do curso (subitens a seguir), lembrar de utilizar as seguintes legislações como subsídio (ver a pertinência de cada uma para o curso que se pretende ofertar):

1. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, Brasília, abril de 2010;
2. CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002 (DCNs Gerais Tecn. Super.);
3. CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019;
4. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (BRASIL, 2016).

### 5.1. Objetivo geral

Neste espaço, construir um objetivo geral (selecionar um verbo no infinitivo para o objetivo geral), identificando o que se pretende alcançar ao final do curso. O objetivo geral é aquele pensado para longo prazo, com vistas ao alcance de propostas e desenvolvimento de ações nas dimensões profissional, social e econômica, tendo como base ampla a missão da UnDF.

### 5.2. Objetivos específicos

Inserir, neste espaço, os objetivos específicos do curso (selecionar um verbo no infinitivo para cada objetivo específico), que são aqueles pensados para curto e médio prazo. Esses devem representar os meios pelos quais os conhecimentos serão construídos pelos estudantes durante o itinerário formativo, com base no perfil profissional constante no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia ou nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura.

## **6. PERFIL DO EGRESSO**

Inserir, neste espaço, o perfil do profissional que se deseja formar; refere-se às ações que ele deve realizar já como profissional graduado. O perfil do egresso precisa estar em consonância com as Diretrizes Curriculares ou Normativos do Curso. Destacar, no documento, seguindo os pressupostos epistemológicos, filosóficos e metodológicos da UnDF, a necessidade de fortalecer uma formação humanista, crítica, propositiva que permita uma atuação ética, socialmente responsável, em prol da cidadania, da sustentabilidade e da paz, além de desenvolver competências para realizar escolhas coerentes com esses princípios. Assim, recomenda-se descrever esse sujeito que se pretende formar em termos de saberes, competências e habilidades necessários à sua formação tanto profissional como integral, prezando pelo conhecimento da realidade regional; pelo compromisso social; pelo respeito à diversidade, à ética, à solidariedade, à liberdade, à justiça e à democracia como valores; pela autonomia intelectual; pela postura crítica, reflexiva e transformadora e pela competência profissional para o mundo contemporâneo.

## 7. REGIME LETIVO

Neste espaço, indicar:

- ✓ Número total de vagas anuais do curso;
- ✓ Número de turmas;
- ✓ Carga horária do curso (em horas-relógio);
- ✓ Período letivo (anual, semestral ou modular);
- ✓ Tempos mínimo e máximo para a integralização do curso.

## **8. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO**

Conforme o que se registra no Regimento Geral da UnDF (DISTRITO FEDERAL, 2022) e o disposto na legislação local e nacional, a admissão aos cursos de graduação desta universidade se dá mediante duas vias:

- I) Sistema de Seleção Unificada - SiSU;
- II) Processo Seletivo Simplificado, equivalente ao vestibular.

O acesso via SiSU depende do resultado obtido pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, cujo calendário de provas é definido e executado pelo Ministério da Educação - MEC, considerando os percentuais de reserva de vagas existentes na legislação.

O acesso via processo seletivo simplificado observará a classificação dos candidatos em ampla concorrência, considerados os percentuais de reserva de vagas existentes na legislação e em normas estabelecidas em edital.

[Caso haja outras formas de acesso promovidas pela universidade para o curso em específico, detalhá-las neste espaço.](#)

## 9. ARQUITETURA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E CURRICULAR DA UNDF

### 9.1. Diretrizes pedagógicas e curriculares

A organização didático-pedagógica da UnDF se apresenta em consonância com os documentos que definem sua missão e identidade na promoção de uma educação pública superior de qualidade socialmente referenciada, bem como ampara-se nos documentos legais que orientam e direcionam, em nível nacional, os cursos nela ofertados.

A presente proposta de arquitetura didático-pedagógica e curricular preza por promover o percurso formativo do estudante como um movimento de produção do conhecimento em que a teoria e a prática estejam constituídas como unidade indissociável, considerando seu caráter dialético e dialógico.

Nesse sentido, a produção do conhecimento é compreendida como um processo comprometido com a criação e a produção de ideias autônomas que gerem zonas de inteligibilidade sobre o que se aprende, desvencilhando-se das amarras da reprodução e da visão de uma realidade imutável e restrita.

Considerando-se o caráter complexo de tais proposições, os princípios filosóficos e metodológicos das práticas acadêmicas da UnDF – inovação, inclusão, interdisciplinaridade e internacionalização – coadunam com os princípios (à exceção do primeiro) trazidos pelo Parecer CNE/CES 776/97, sendo constitutivos desta arquitetura e configurando-se em diretrizes para a sua organização. (SOUZA, 2022, p. 87).

É relevante esclarecer que a relação entre docente e discente, partindo das premissas apontadas, insere-se na conjugação do ensinar e do aprender como um ir e vir implicado por saberes compartilhados e permeados pelas singularidades e experiências desses sujeitos. O que se propõe é pensar uma **arquitetura didático-pedagógica e curricular** como **instrumento político e organizador dos fazeres e saberes históricos e culturalmente produzidos** que possam expressar a diversidade de culturas, identidades, valores e memórias do contexto social em que se materializa.

Para tanto, o entendimento de currículo proposto pela UnDF passa por compreender o projeto do curso e suas peculiaridades, sua flexibilidade, seu desenho e os objetivos propostos para a formação, corroborando o delineamento de

uma perspectiva formativa que abrigue a organização do trabalho pedagógico e atenda a uma proposta inter e transdisciplinar, conforme explicitado na figura 1 a seguir:

**Figura 1** - Perspectiva Formativa da UnDF



Fonte: Inserir, neste espaço, a fonte da ilustração e o ano. Ex.: DF, 2023. Entretanto, é preciso lembrar de inserir essa referência na bibliografia, ao final do documento. Caso a elaboração seja dos autores ou da UnDF, mas não esteja publicizada, deve-se fazer da seguinte forma: [Fonte: Elaboração própria, 2023.](#)

Cabe mencionar que as ações que direcionam a **organização do trabalho pedagógico** estão alicerçadas na complexidade, na diversidade e na singularidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humanos e nas diversas e criativas possibilidades do docente de gerenciá-las e promovê-las. (MITJÁNS; ALVAREZ, 2014; MARTÍNEZ, 2009).

O enfoque da formação parte da integração das dinâmicas sociais e contextuais nas quais os estudantes estão imersos e da forma singular como produzem sentidos e significados sobre esses espaços gerando inteligibilidade. Essa conjunção se configura em um contínuo processo de produção de conhecimento impulsionado pela problematização na tríade metodológica ação-reflexão-ação, reverberando, assim, na sua atuação nos diferentes contextos educativos e na

constituição de um sujeito capaz de lidar proficientemente com os diversos desafios de sua formação profissional.

Considerando o cenário supracitado, a **perspectiva curricular** pensada para a UnDF tem como premissa um currículo em que a organização do conhecimento deve preconizar a máxima **integração dos saberes**, evitando, assim, a hierarquização dos conhecimentos e estabelecendo conexões entre as diferentes unidades curriculares.

A arquitetura curricular proposta para os cursos da UnDF compreende o currículo como um território democrático de direito à expressão de diversas vozes. Quebrar hegemonias e possibilitar que a organização curricular abrigue diferentes grupos sociais historicamente negligenciados é uma forma de dialogar com valores, culturas, etnias, histórias e toda a diversidade que colabora com a criação de identidades.

Não se pode perder de vista a dimensão do currículo como uma negociação que produz discursivamente o encontro entre os saberes culturalmente produzidos e socialmente instituídos. E, como campo de poder e disputa, legítima modos dominantes de se ver e ler o mundo como forma de controle (ARROYO, 2013). Elege-se, então, como temas transversais, a **ética**, a **diversidade**, a **cultura** e o **trabalho**. Assim, abre-se espaço para: acolher, compreender e aceitar o diverso; entender-se como sujeito historicamente mergulhado em uma cultura e socialmente transformado por ela; fortalecer o sentimento de pertença para então se ampliar os vínculos afetivos; compartilhar valores e princípios e democratizar o acesso ao saber.

O que se propõe, portanto, é que a organização curricular de cada curso das escolas da UnDF consiga mobilizar um conjunto de ações pedagógicas que promovam a integração de saberes e suas múltiplas relações não como um conjunto de saberes prescritivos, mas gerando reflexão, proposição e transformação. Entende-se assim que

a universidade é, antes de tudo, o lugar da produção, compartilhamento e renovação do conjunto dos saberes, das ideias, dos valores e da cultura. A partir do momento que se pensa que esse é seu papel principal, ela surge em sua dimensão transecular; trazendo em si uma herança cultural, coletiva, que não é apenas a da nação, mas a da humanidade, ela é transnacional. (MORIN, 2015, p. 126).

Por se tratar de uma instituição que ultrapassa os seus limites físicos e que abriga a totalidade e o conjunto de saberes historicamente produzidos, é imprescindível que o currículo, que permeia a organização dos cursos das escolas da UnDF, traga uma maior articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, permitindo assim uma formação integral e ativa dos estudantes e que tenha relação com o contexto de mundo em que se vive.

Em consonância com a proposta de um **currículo integrado** e que se pretende flexível e adaptável às realidades encontradas, torna-se necessário tratar também da abordagem desse currículo voltado para a construção de competências para além de competências técnicas. Essa **orientação curricular por competências** considera que o universo educativo deve abrir mão da mera transmissão de saberes e primar pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de diferentes dimensões.

Ressalta-se a importância de não se reduzir o conceito de competências à aquisição de habilidades e destrezas ou à execução mecânica de tarefas, mas em firmar uma perspectiva de formação integral, considerando os desafios do contexto social, ambiental-ecológico e organizacional ancorados no saber ser, saber conhecer, saber fazer. (TOBÓN, 2013).

Cabe esclarecer que a escolha por **formação de competências** é uma abordagem que compreende a processualidade e a recursividade do estudante na sua atividade de criação e recriação dos contextos sociais de atuação, possibilitando a ele dialogar permanentemente com suas escolhas e reorientá-las. Nesse sentido, Morin (apud TOBÓN, 2013, p. 35) aponta que:

[...] a sociedade produz seus membros, mas cada membro também contribui para a produção da sociedade. No processo de autorrealização, cada membro da sociedade empreende ações, performances, obras, atividades e projetos com os quais têm como responsabilidade contribuir para a melhoria da qualidade de vida tanto de si como dos outros. (*tradução nossa*).

Com esse olhar voltado para o desenvolvimento de competências em diferentes dimensões, os cursos da UnDF devem considerar, em seu desenho curricular, ao menos estas quatro dimensões formativas<sup>4</sup>: dimensão política,

---

<sup>4</sup> **Política**: envolve os processos sociais pautados em uma formação humanista com o intuito de religar os saberes, reconhecer-se como ser político, ético, sócio-histórico e cultural;

**Epistemológica**: envolve os processos bioantropológicos destacando o desenvolvimento humano e a produção de conhecimento;

dimensão epistemológica, dimensão profissional e dimensão estética. Essas dimensões visam à unidade entre teoria e prática, ao desenvolvimento de habilidades de observação e de análise de contextos profissionais, à pesquisa, à extensão e à práxis, assim como orientam a organização de atividades curriculares articuladas à formação do estudante, promovendo a interdisciplinaridade e a transversalidade e mobilizando os diversos saberes teórico-práticos profissionais.

É necessário apontar que essa articulação não coloca à margem a processualidade do estudante; pelo contrário, dialoga com os seus saberes entendendo essa processualidade como plurideterminada, complexa e contraditória, pois coloca o discente em movimento de constante tensão e ruptura, possibilitando a tomada de consciência quanto à intencionalidade da sua ação transformadora na realidade.

## 9.2. Núcleo Universal da UnDF

Ajudar a construir uma universidade pública em uma época em que muito se questiona o sentido e os rumos da educação superior, considerando, dentre outros aspectos, as transformações nas formas de acesso e quantidade de informações disponíveis e as transformações no mundo do trabalho decorrentes do desenvolvimento tecnológico, não é tarefa simples. Novas profissões e atividades surgem e se modificam rapidamente na sociedade atual e, praticamente, tudo o que se propõe para a universidade, até que seja institucionalizado, corre o risco de já nascer ultrapassado.

Apesar de o sonho de uma universidade distrital para o DF ter surgido muito antes de sua institucionalização, conforme registrado no capítulo sobre o Histórico da UnDF<sup>5</sup>, implantar, de fato, essa universidade fez-se uma tarefa ainda mais complexa quando ocorrida em um contexto mundial de pandemia, que trouxe a urgência de repensar os sentidos, os significados e as rotinas dos espaços formativos. Nesse contexto, em pleno século XXI, é mister considerar que o acesso às informações foi ampliado e que novas tecnologias inserem, a cada dia, mais inovações no cotidiano da sociedade, portanto modificaram-se as formas de as

---

**Profissional:** envolve a constituição do profissional implicada em uma prática consciente e intencional na compreensão e organização do seu trabalho;

**Estética:** envolve o pensamento criativo, a imaginação e o olhar sensível, envolto pela decência e beleza sobre si, o outro, o meio, a relação ética e crítica com o mundo e a realidade.

<sup>5</sup> CEBRASPE, 2022.

pessoas se relacionarem entre si e com as informações, o que exige novas habilidades e conhecimentos.

Buscando considerar as necessidades identificadas para o contexto atual, e ainda trabalhar para a promoção e o desenvolvimento sustentável e responsável das pessoas e deste território- DF e RIDE, a UnDF se imbuí da missão de investir nas áreas que estatisticamente carecem de profissionais qualificados, além de ter o compromisso de ser uma instituição inovadora, inclusiva e em que se coloca o desafio de viver a transdisciplinaridade<sup>6</sup>.

Para que se caminhe constantemente rumo a essa promoção e desenvolvimento almejados, o olhar para o estudante que chega na universidade precisa ser carregado de singularidade; é, então, imprescindível que se enxergue cada sujeito ingressante como alguém dotado de história, que carrega uma visão de si e de seus potenciais, dificuldades, desejos, capacidades e limites. É necessário que ele seja considerado e respeitado como um sujeito que aprende e que se constitui nessas tramas por ser um sujeito epistêmico. Na perspectiva de que todos aprendem e são dotados de processos próprios, individuais e subjetivos tanto de aprender como de expressar saberes, constrói-se ou renova-se a esperança nas superações por meio de aprendizagens solidárias.

Esse ambiente comum de construção de aprendizagens se coloca como promotor do desenvolvimento não apenas profissional e acadêmico dos estudantes, mas também humano, permitindo, assim, de forma gradativa e aprofundada, o seu engajamento às proposições didático-pedagógicas construídas e promovidas no espaço e tempo partilhados. A decisão de oportunizar uma educação superior para construção e desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e responsável trouxe, principalmente, a necessidade de se investir em um espaço de promoção da formação profissional em sua **dimensão humana**.

Nesse ambiente, preza-se pelo pensar e refletir sobre a complexidade do ser humano e de seus caminhos distintos e diversos, da sociedade, da cultura, dos territórios, das informações e pelas relações entre esses sistemas e a profissão

---

<sup>6</sup> A transdisciplinaridade é um modo de abordagem do real que não apenas ultrapassa e supera os recortes disciplinares, mas que possui abordagem totalizante e construída coletivamente, sem hierarquização entre as diferentes formas de problematização ou experimentação (CORTELAZZO, 2021, p. 31).

escolhida. Isso corrobora o fortalecimento da formação integral do sujeito, enquanto se respeita e se promove a multidimensionalidade do sujeito que aprende.

Com base nisso, o objetivo geral do Núcleo Universal é constituir-se como ponto de encontro de conhecimentos que atravessem transdisciplinarmente os aspectos históricos, sociais, culturais, metodológicos e filosóficos que permeiam a realidade social dos estudantes, com desejos e necessidades diferenciadas, no intuito de promover a produção de novos sentidos e significados sobre o que se aprende e o que se ensina, com vistas ao fortalecimento da perspectiva crítico-emancipatória e humanista de formação da UnDF.

Como objetivos específicos, busca-se: i) aproximar os estudantes dos contextos histórico, social, político, econômico, tecnológico, filosófico, científico e artístico-cultural de construção do conhecimento e da forma como esses saberes são fundantes na produção de novos conhecimentos e na qualificação de seus contextos profissionais e de vida; ii) fomentar proposições didático-pedagógicas problematizadoras para a formação de sujeitos reflexivos, autônomos e investigativos, numa perspectiva transdisciplinar; e iii) promover o desenvolvimento sustentável e responsável das pessoas e do Distrito Federal e RIDE, numa concepção de formação educacional crítica e inclusiva, para a construção de uma sociedade solidária e plenamente justa e democrática.

Ao desenvolver as unidades curriculares deste Núcleo, então, pretende-se que os estudantes se aproximem do contexto histórico da construção do conhecimento científico e da forma como esses saberes são fundantes na produção de outros para que, cada um, em sua trajetória de vida, tenha a responsabilidade de reverberar o que se tem aprendido, contribuindo, assim, na qualificação de seus contextos profissionais e de vida, o que corrobora o desenvolvimento sustentável do DF e RIDE.

A Escola de Educação, Magistério e Artes - EEMA é responsável pela proposição e oferta do Núcleo Universal na UnDF, sendo o ponto de confluência com as demais Escolas que integram os Centros Interdisciplinares da UnDF. Nesse contexto, a EEMA impulsiona a organicidade do processo formativo dos estudantes, integrando as mais diversas áreas de formação e promovendo a troca e o reconhecimento do outro no desenvolvimento humano como parte constitutiva desse processo.

Importante destacar ainda que, para definição desse Núcleo Universal, foram realizadas pesquisas de diferentes propostas e matrizes curriculares de instituições de educação superior brasileiras, buscando definir, dessa forma, um conjunto de conhecimentos que pudessem ser considerados nas diversas áreas de formação. Essa construção necessariamente precisava ser coerente com os pressupostos teóricos da UnDF, que tratam o sujeito e a sociedade na perspectiva da complexidade, procurando acomodar a diversidade de saberes, os desejos e os anseios de cada sujeito, suas percepções sobre si e sua conexão com o outro no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Para melhor se ajustar à carga horária dos diferentes cursos, foi estabelecida, como proposta do núcleo universal da UnDF, uma quantidade mínima de unidades curriculares a serem oferecidas por curso. Isso, no entanto, não limita a liberdade dos cursos de apresentarem um acervo ampliado de unidades curriculares eletivas, a fim de possibilitar escolhas diferenciadas pelos estudantes, para seu percurso formativo, motivadas por suas necessidades ou vontades. Em termos práticos, como proposta de um núcleo universal, então, existe uma carga horária mínima definida tanto para os cursos de bacharelado como para os de licenciatura e tecnológicos, com suas unidades curriculares obrigatórias e eletivas. Essa organização, portanto, deverá estar explícita na matriz curricular de cada curso.

**ATENÇÃO:** Para construir o desenho da matriz curricular de cada curso (capítulo 10), consultar os quadros a seguir. Considerar que estes precisam ser respeitados na elaboração a se fazer e também que a distribuição das unidades curriculares do núcleo universal precisa ser organizada ao longo de todo o percurso formativo do estudante para que estas interajam processualmente com as demais unidades curriculares obrigatórias e eletivas do curso em comento.

Os **Cursos de Bacharelado e Licenciatura** precisam ter, **no mínimo, 380h de Núcleo Universal**, sendo 5 (cinco) unidades curriculares obrigatórias e 2 (duas) eletivas. (As unidades curriculares eletivas serão escolhidas pelo estudante, conforme interesse e oferta da universidade, portanto, na matriz curricular, registrar apenas **ELETIVA 1, ELETIVA 2, etc.**).

Os **Cursos Tecnológicos** precisam ter, **no mínimo, 220h de Núcleo Universal**, sendo 4 (quatro) unidades curriculares obrigatórias e 1 (uma) eletiva. Essa unidade curricular eletiva deverá ser escolhida pelo estudante, conforme

interesse e oferta da universidade, portanto, na matriz curricular, deve-se registrar apenas **ELETIVA**.

**Quadro 1-** Unidades curriculares do Núcleo Universal para os cursos de bacharelado e licenciatura

<b>Núcleo Universal UnDF- Unidades Curriculares obrigatórias e eletivas</b>		
<b>Cursos de Bacharelado e Licenciatura</b>		
	<b>Unidades Curriculares</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Obrigatórias</b>	Metodologias Problematizadoras I (semestre I dos cursos diurnos e noturnos)	20h
	Culturas Digitais (semestre I dos cursos diurnos) (Semestre II dos cursos noturnos)	60h
	Desenvolvimento Humano - (semestre II dos cursos diurnos e noturnos)	60h
	Metodologias Problematizadoras II (semestre III dos cursos diurnos) (Semestre IV dos cursos noturnos)	40h
	Cultura e Sociedade no Planalto Central (semestre I dos cursos diurnos) (Semestre III dos cursos noturnos)	40h
	<b>Eletivas</b>	Filosofia
	Corpo e Movimento	80h
	Multiculturalismo e Subjetividade	80h
	Formação Social Brasileira	80h
	Introdução à Antropologia	80h
	Arte	80h
	Inglês Básico	80h
	Sustentabilidade	80h
	Educação e HumanizaÇÃO	80h
	Libras (nível básico)	80h

Fonte: Inserir, neste espaço, a fonte do quadro e o ano. ex.: DF, 2023. Entretanto, é preciso lembrar de inserir essa referência na bibliografia, ao final do documento. Caso a elaboração seja dos autores ou da UnDF, mas não esteja publicizada, deve-se fazer da seguinte forma:

Fonte: Elaboração própria, 2023.

**Quadro 2 - Unidades curriculares do Núcleo Universal para os cursos tecnológicos**

<b>Núcleo Universal UnDF- Unidades Curriculares obrigatórias e eletivas</b>		
<b>Cursos Tecnológicos</b>		
	<b>Unidades Curriculares</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Obrigatórias</b>	Metodologias Problematizadoras I (Semestre I dos cursos noturnos)	20h
	Metodologias Problematizadoras II (Semestre IV dos cursos noturnos)	40h
	Culturas Digitais (Semestre II dos cursos noturnos)	60h
	Cultura e Sociedade no Planalto Central (Semestre III dos cursos noturnos)	40h
<b>Eletivas</b>	Filosofia	80h
	Desenvolvimento humano - (semestre II dos cursos diurnos)	60h
	Corpo e Movimento	80h
	Multiculturalismo e Subjetividade	80h
	Formação Social Brasileira	80h
	Introdução à Antropologia	80h
	Arte	80h
	Inglês Básico	80h
	Sustentabilidade	80h
	Educação e HumanizaÇÃO	80h
Libras (nível básico)	80h	

Fonte: Inserir, neste espaço, a fonte do quadro e o ano. ex.: DF, 2023. Entretanto, é preciso lembrar de inserir essa referência na bibliografia, ao final do documento. Caso a elaboração seja dos autores, deve-se fazer da seguinte forma: Fonte: Elaboração própria, 2023.

## **10. DESENHO DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO**

Para elaboração deste item, é necessário considerar que a organização da matriz curricular mostra o conjunto de unidades curriculares ofertadas pelo curso, bem como as demais atividades acadêmicas necessárias para a formação do profissional desejado. Cada curso deverá apresentar a organização da sua matriz curricular, já integrada à proposta do núcleo universal da universidade, em um quadro considerando as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais quanto aos tipos de conhecimentos a serem contemplados na formação (núcleos, eixos ou áreas, entre outros) e/ou Normativos específicos para o Curso.

Nesta parte, também deve estar explicitado como o currículo do curso romperá com a dualidade entre teoria e prática e como tal princípio educativo respalda a concepção de uma formação profissional que unifique ciência, tecnologia, trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.

Quando houver, devem ser apresentadas, aqui, com as devidas especificidades de condições, as atividades complementares e as ofertadas a distância.

Com relação aos cursos de licenciatura e de bacharelado em Fonoaudiologia, o Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece, em seu Art. 3º, a oferta da disciplina Língua Brasileira de Sinais – Libras como unidade curricular obrigatória. Para os demais cursos (bacharelados e tecnológicos), a oferta, embora permaneça obrigatória para a IES, é optativa aos estudantes.

Há que se observar o que preconiza a Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que regulamenta a oferta de carga horária na modalidade de EAD, na organização pedagógica e curricular de graduação presencial, até o limite de 40% da carga horária total do curso e dá outras providências. Em linhas gerais, a oferta a distância, em cursos presenciais, é permitida, mas as avaliações devem ser presenciais.

### **10.1. Interdisciplinaridade e flexibilidade no Currículo**

Estabelecer como se dará a flexibilização curricular prevista nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Graduação e no PPI da UnDF, explicitando como as atividades curriculares se articulam e especificando como será possibilitada, ao estudante, uma efetiva participação e permanência no curso.

Considerar que a flexibilização curricular pode se dar com a previsão de:

- ✓ atividades complementares (somente obrigatórias para os cursos cujas DCNs preveem atividades complementares e desde que não contempladas no PPC e nas DCNs);
- ✓ estágios supervisionados obrigatórios, não-obrigatórios, não obrigatórios remunerados (somente obrigatório para os cursos cujas DCNs preveem estágio supervisionado e desde que não contemplado no PPC e nas DCNs);
- ✓ atividades práticas de ensino (somente obrigatórias para os cursos cujas DCNs preveem atividades práticas e desde que não contempladas no PPC e nas DCNs);
- ✓ os convênios e as ações que integrem as atividades curriculares com a rede pública regional e local (somente obrigatórios para os cursos cujas DCNs preveem convênios e desde que não contemplados no PPC e nas DCNs);
- ✓ E outros.

## **10.2. Matriz Curricular**

Ao elaborar esta parte, considerar que a matriz curricular do curso proposto deverá refletir/reafirmar os objetivos definidos para o curso, contemplando os aspectos: flexibilidade, inter/transdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas) e articulação da teoria com a prática.

Os conteúdos curriculares previstos devem ter por objetivo o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando-se os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia.

Este subitem deve apresentar todas as unidades curriculares (obrigatórias e eletivas) e as atividades acadêmicas específicas do curso (estágio, TCC, atividades acadêmico-científico-culturais, práticas, projetos etc.), período (semestre/ano/série/módulo), definindo a carga horária e o quantitativo de horas-aula.

## **10.3. Ementário**

Esta parte do documento deverá conter todas as unidades curriculares do curso com suas respectivas ementas:

- ✓ TCC ou nome da produção acadêmica a ser desenvolvida (quando previsto para o curso);
- ✓ período letivo, a carga horária e os pré-requisitos (se existirem);
- ✓ áreas de integração (unidades curriculares integradoras);
- ✓ bibliografias básicas (devem ser listadas, no mínimo, três bibliografias básicas, obedecendo as normas da ABNT e conforme acervo físico disponível na biblioteca);
- ✓ bibliografias complementares (devem ser listadas no mínimo cinco bibliografias obedecendo as normas da ABNT).

## 11. TCC

A inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no currículo deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e não se constitui como componente obrigatório para todos os cursos. O PPC deve demonstrar, de maneira clara e objetiva, como o TCC será planejado, implantado, regulamentado e institucionalizado. O projeto deve detalhar: se a elaboração será coletiva ou individual; o número de estudantes envolvidos na elaboração (conforme Regimento da Graduação); os objetivos; os critérios; os procedimentos; os mecanismos de avaliação; e as diretrizes do TCC. A carga horária destinada à realização das atividades do TCC conta para a integralização da carga horária total do curso, devendo ser respeitados os limites previstos em regulamentação própria. Nos anexos devem ser incluídas as normas e/ou regulamentos aprovados pelo colegiado referentes à realização do TCC.

## **12. PRÁTICAS: ESTÁGIO SUPERVISIONADO E HABILIDADES PROFISSIONAIS**

A matriz curricular, dentro de uma proposta interdisciplinar, flexível e integrativa, valoriza os interesses, os conhecimentos e as experiências dos estudantes. As unidades curriculares organizadas em áreas, associadas em módulos, dialogando entre si e conectadas às questões da realidade social, valorizam as capacidades dos estudantes, facilitando assim suas aprendizagens.

A análise de problemas e a busca de soluções estimulam o pensamento crítico, favorecendo a curiosidade e a flexibilidade mental para novas formas de se aprender e resolver problemas. Além da formação profissional, a graduação deve possibilitar a aquisição de saberes que se manterão, em longo prazo, com o domínio de métodos analíticos de múltiplos códigos e linguagens.

Trabalhar condicionantes atuais de cada profissão em estreita relação com projetos que podem abrir horizontes é uma forma de integrar cada vez mais o todo da sociedade e aprimorar continuamente o corpo docente, visando à integração contínua e crescente dos formandos no contexto social e político.

O desenvolvimento de conceitos e de práticas inovadoras à formação profissional está na educação integrado ao trabalho como singularização do fazer cotidiano. As DCNs abordam a nomenclatura das competências e as habilidades gerais como área de formação e as competências e habilidades específicas como a especificidade profissional. A noção de interdisciplinaridade propõe colocar em análise desde a formação dos estudantes até as práticas interprofissionais.

Neste espaço, descrever, de forma sucinta, a proposta de estágio supervisionado e/ou prática previsto(s) para o curso, citando a organização, a carga horária e outras informações gerais. Destaca-se a necessidade de apontar a indissociabilidade entre as competências desenvolvidas pelos estudantes e as práticas do ES, caso haja para o curso proposto, e sua contribuição para a formação do perfil do egresso. Conectar as proposições do desenvolvimento das unidades curriculares às concepções aportadas neste documento, não destoando de suas DCNs.

### 13. MODOS DE APRENDIZAGENS

Assumir a complexidade e a singularidade do processo de aprendizagem implica compreendê-lo como uma produção subjetiva não linear, dinâmica e plurideterminada. A organização do ambiente social em que as situações de aprendizagem ocorrem precisa oportunizar, estimular e mobilizar os diferentes modos de se produzir conhecimento, acolhendo múltiplas experiências e saberes.

O desenvolvimento das atividades curriculares exige o planejamento de ações que impulsionem as diferentes possibilidades de expressão do sujeito, sejam elas no seu movimento individual ou coletivo. Os percursos peculiares envolvidos no movimento do processo de aprendizagem consideram a perspectiva da estrutura de modos de aprendizagem elaborada pelo professor Richard Elmore, da Harvard Graduate School of Education, como possibilidade de favorecer o desenvolvimento do estudante em sintonia com as suas necessidades e os anseios envolvidos nesse caminho. A estrutura proposta pelo professor Elmore parte da forma como os sujeitos se colocam diante dos desafios/enfrentamentos do processo de produção do conhecimento. Com base nessas contribuições, os modos de aprendizagem podem ser compreendidos em quatro quadrantes, a saber:

**Quadro 4 - Modos de aprendizagem**

<b>HIERARQUIA INDIVIDUAL</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL</b>
<p>Centra-se no docente como orientador do processo. O estudante é responsável por gerir as suas aprendizagens. Há uma estrutura sequencial na apresentação do objeto de conhecimento atendendo a uma ordem cronológica.</p>	<p>O estudante regula o seu processo de aprendizagem e faz as suas escolhas (objetos, fontes, meios e objetivos) partindo de suas necessidades. Não existe a necessidade de um ambiente físico formal.</p>
<b>HIERARQUIA COLETIVA</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO COLETIVA</b>
<p>O foco é na atividade em grupo, ainda que direcionada pelo docente. O objetivo é a colaboração e o desenvolvimento sociocognitivo.</p>	<p>Prevalece a aprendizagem em rede fortalecida em interesses comuns. A exploração e profundidade do que se aprende parte do desejo da comunidade de aprendizagem. A troca de ideias e experiências, a colaboração, a cooperação, o fazer e aprender junto envolvem</p>

	interesses comuns entre todos os estudantes.
--	--

Fonte: Inserir, neste espaço, a fonte do quadro e o ano. ex.: DF, 2023. Entretanto, é preciso lembrar de inserir essa referência na bibliografia, ao final do documento. Caso a elaboração seja dos autores ou da UnDF, mas não esteja publicizada, deve-se fazer da seguinte forma:  
Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ressalta-se que a aprendizagem é fortalecida quando é possível se conectar com a forma mais confortável de se aprender, sem desvalorizar ou diminuir a importância do ser, conviver e fazer mediados pelas relações humanas. Por isso, o **cuidado no planejamento e proposições de ações que contemplem diferentes modos de aprender, diferentes modos de interagir, diferentes modos de se colocar em ação e de se produzir conhecimentos tornam-se imprescindíveis.**

O importante é que cada um se encontre e consiga transitar em variadas possibilidades de se produzir conhecimento, para além do aprender como ação individual, passiva ou reprodutiva. Destarte, a organização dos tempos e espaços em que ocorrem as situações de aprendizagem, nos cursos promovidos pelas escolas da UnDF, deverá ser planejada de modo que promova o envolvimento e o contato dos estudantes com todos os quadrantes propostos.

### 13.1. Organização dos tempos e espaços para as aprendizagens

A organização do trabalho pedagógico nas escolas superiores da UnDF começa pela compreensão de que os tempos e espaços para as aprendizagens precisam ser pensados para o desenvolvimento integral do estudante.

A rotina pedagógica vivenciada semanalmente pelos discentes procura, então, imergi-los no desenvolvimento de atividades convidativas à reflexão teórico-prática que coloquem em jogo os seus saberes na produção de novos conhecimentos. Como parte da proposta curricular dos cursos promovidos na UnDF, na perspectiva de fortalecer as metodologias problematizadoras, o tempo de aula será distribuído em diferentes atividades que deem espaço para todos os tipos de aprendizagens.

Uma proposta em que se pretenda romper com a estaticidade e inércia estabelecida na sala de aula constituída de maneira tradicional, há de considerar a pulsação histórica e singular que se manifesta quando um conjunto de pessoas se

agrupa em um espaço privilegiado de negociações, produzindo sentidos e significados inundados por vários olhares, culturas e emocionalidades presentes e passadas.

Nessa perspectiva, os encontros vivenciados pelos sujeitos aprendentes se constituem como espaços fundamentais que viabilizam a construção de conhecimentos pluriculturais e o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem pautado em movimentos de significação que impulsionem a colaboração, o diálogo e a produção do conhecimento comprometidos com a autonomia, a autorregulação e o protagonismo do sujeito.

Nesse espaço e tempo, a ação docente consiste em: facilitar as aprendizagens, nutrindo possibilidades relacionais; organizar o ambiente social, tornando-o acolhedor e favorecedor do desenvolvimento humano e de emocionalidades; levantar as necessidades dos sujeitos que aprendem para a proposição de situações de aprendizagem desafiadoras planejadas intencionalmente e contextualizadas para que corroborem no processo de significação dos conhecimentos. (TUNES; TACCA; BARTHOLO JR, 2005).

O espaço de aprendizagens pode se configurar em formas múltiplas e diferenciadas de interatividade a fim de que, nele, o estudante ocupe seu papel como protagonista e, de forma ativa, faça novas descobertas, compartilhe seus saberes, ouça seus pares, partilhe anseios e desejos, ache lugar para a curiosidade, desenvolva sua criatividade, tenha oportunidade de ampliar seus conhecimentos e se desenvolva em seu percurso formativo.

Nos espaços de aprendizagem, os vínculos são fortalecidos e a produção do conhecimento pode ser impulsionada por meio de estratégias pedagógicas diversas que propiciem possibilidades para o desenvolvimento do protagonismo do estudante. É preciso destacar, ainda, que todo planejamento de ações a ser desenvolvido deve ser direcionado pelas necessidades do estudante. Assim,

[...] para o professor empenhado em promover a aprendizagem de seu aluno, há o imperativo de penetrar e interferir em sua atividade psíquica, notadamente seu pensamento. Essa necessidade antecede a tudo e, por isso mesmo, dirige a escolha dos modos de ensinar, pois sabe o professor que os métodos são eficazes somente quando estão, de alguma forma, coordenados com os modos de pensar do aluno. (TUNES; TACCA; BARTHOLO JR., 2005, p. 691).

Importante salientar que, seja qual for a atividade desenvolvida com o estudante, a fim de que se alcancem os objetivos de aprendizagem propostos, sempre se partirá dos conhecimentos já construídos por ele. Em toda a proposição feita em ambientes relacionais em que ocorram as aprendizagens, há de se promover espaço para, antes da problematização e instrumentalização, trazer, em discussão, o conhecimento sincrético dos estudantes, ou seja, o senso comum, o que eles já sabem sobre os assuntos apresentados.

Dessa forma, a partir dessa contextualização, da identificação dos saberes iniciais do educando, propõe-se avançar para a (re)elaboração do conhecimento teórico, buscando-se, assim, despertar uma consciência crítica enquanto se interliga a prática social do estudante com a teoria no intuito de melhorar a qualidade da sua formação. (GASPARIN, 2012).

### **13.2. Espaço/tempo para a pesquisa e a produção científica**

Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação. (PERRENOUD, 2001, p. 125).

A chegada ao ensino superior precisa gerar proximidade do estudante com outras formas de se acessar e produzir conhecimento. Os saberes científicos guardam uma estrutura específica com expressões e características próprias que necessitam ser desenvolvidas pelo estudante, portanto, ler, interpretar e produzir textos acadêmicos são habilidades imprescindíveis nesse contexto. Dispor de estratégias que possibilitem ao estudante compreender essa nova forma de comunicar saberes e produzi-los é uma maneira de repertoriá-lo nesse processo e minimizar as lacunas da educação básica.

Na perspectiva de fortalecer a identidade do estudante como um pesquisador e produtor de novos conhecimentos, a leitura, a pesquisa e a produção científica serão incentivadas e promovidas durante toda a sua trajetória formativa, pois entende-se que, com o desenvolvimento gradativo dessas habilidades, o estudante terá melhores condições e proficiência na produção científica.

É necessário apontar o papel da produção acadêmica como espaço/tempo de se exercitar o saber científico à luz de todo o repertório teórico produzido ao longo

da jornada acadêmica. A produção acadêmica é um instrumento constitutivo do processo formativo, pois oportuniza, ao estudante, transitar e dialogar com diversas áreas do conhecimento.

Vale destacar que esse momento será amparado por estudos e métodos científicos, possibilitando ao estudante investigar, refletir, analisar, avaliar, propor, discutir, produzir dados e informações e revisar as referidas soluções, de acordo com a rigorosidade e a exatidão características de tais métodos, desenvolvendo suas produções com propriedade e autonomia autoral.

Neste espaço, apresentar [estratégias específicas do curso](#) que corroborem o fortalecimento do espaço/tempo para a pesquisa e produção científica.

### **13.3. O HPE como espaço/tempo privilegiado para pesquisa e estudo**

Uma proposta pedagógica em que se acredita no protagonismo do estudante como pesquisador e produtor de saberes precisa conectar-se com metodologias problematizadoras coordenadas com as necessidades dos estudantes para que instiguem a curiosidade epistemológica e provoquem a produção de informações para se interpretar a realidade. A promoção de espaços e tempos que corroborem a autonomia no processo de investigação para fundamentar discussões e colaborar na produção do conhecimento constitui-se na possibilidade de impulsionar significativamente as aprendizagens.

Nessa perspectiva, o HPE se apresenta como uma possibilidade de espaço/tempo previsto em carga horária dos cursos para o estudante autorregular o seu próprio processo de aprender, fazer escolhas sintonizadas às suas necessidades e anseios e, dessa forma, tornar-se concretamente protagonista do seu desenvolvimento pessoal.

Importante destacar ainda que esse tempo de HPE pode ser desfrutado em vários ambientes de aprendizagem, sejam eles a própria casa do estudante ou os espaços acadêmicos físicos e virtuais em que se trabalhe uma diversidade de objetos de conhecimento e se elejam parcerias que podem ancorar e colaborar com a construção de saberes.

Nesse tempo/espaço de aprendizagem, espera-se que o estudante:

- organize seus registros (roteiro de sistematização ou outro material) referentes a toda discussão feita em aula sobre os conteúdos/assuntos tratados e aquilo que julgar pertinente e colabore com as suas elaborações;
- identifique as suas necessidades de aprendizagens e saiba fazer escolhas assertivas e sintonizadas ao que ainda precisa saber;
- sistematize as suas construções para poder compartilhar, em sala, com seus pares e docentes, as descobertas feitas a partir dos seus estudos e investigações;
- busque, em endereços confiáveis, artigos e outras produções acadêmicas/científicas que ofereçam fundamentação teórica para que compreenda melhor o objeto de estudo e, assim, amplie seus conhecimentos;
- desenvolva a capacidade de gerir o tempo, usando-o de modo consciente para planejar e organizar as diversas atividades de sua rotina.

#### 13.4. O espaço/tempo para a prática

Para todos os cursos da UnDF, a prática é elemento fundamental a fim de que se desenvolvam competências necessárias à formação profissional dos estudantes. Excluindo-se do cenário de prática, seja simulado ou real, o estudante ficará limitado ao “saber saber”, restrito ao campo do cognitivo, sem, tampouco, ter a oportunidade de fazer uso de todos os conhecimentos construídos, de vê-los existindo no contexto à medida que os coloca em jogo e de evidenciar a proficiência de suas construções.

O espaço da prática precisa ser visto como oportunidade ímpar para observação, ação e reflexão, oferecendo possibilidades de interações respeitadas com os pares do contexto profissional e contribuições para o mundo do trabalho.

Visando promover uma formação em que efetivamente se trabalha com a integração teoria e prática, **as unidades curriculares voltadas para a prática serão desenvolvidas desde o primeiro ano do curso**, dialogando com todos os conteúdos/assuntos trabalhados nas demais unidades. Como proposta de atividades práticas, os cursos podem se organizar com unidades curriculares como as **Habilidades Profissionais** e o **Estágio Supervisionado**, devendo-se respeitar o que está previsto nas DCNs e normativas de cada curso.

#### **14. ABORDAGEM METODOLÓGICA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Apresentar e evidenciar como serão trabalhadas as metodologias de ensino-aprendizagem no curso; descrever objetivamente as atividades didáticas a serem desenvolvidas:

- ✓ considerar metodologias problematizadoras e inclusivas que, efetivamente, permitam o desenvolvimento das competências e habilidades delineadas para a formação e promovam a inter/transdisciplinaridade, a unidade teórico-prática e a flexibilidade curricular;
- ✓ explicitar as diversas estratégias pedagógicas e metodologias que podem ser adotadas pelos docentes, como, por exemplo: problematização; aprendizagem baseada em problemas; aprendizagem baseada em projetos; estudos de caso; gamificação; dramatização; sala de aula invertida; pesquisa como princípio educativo; seminários; debates; aula expositiva dialogada; aulas semipresenciais com suporte da educação a distância (EAD); uso da plataforma educacional e de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs);
- ✓ informar como as TDICs estão integradas aos processos de ensino e aprendizagem;
- ✓ evidenciar o desenvolvimento da cultura científica e quais estratégias pedagógicas serão utilizadas para impulsionar esse processo;
- ✓ no caso de cursos presenciais que ofertam unidades curriculares a distância, indicar a metodologia a ser desenvolvida nas atividades curriculares na modalidade a distância;
- ✓ indicar como a metodologia contemplará os estudantes com deficiências ou necessidades educacionais específicas que demandam algum tipo de acessibilidade.

## 15. AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS NA UNDF: tecendo novas direções

A avaliação para as aprendizagens, na perspectiva defendida na UnDF, tem por finalidade construir direções formativas e personalizadas para os sujeitos que dela fazem parte. Pensar a avaliação nesse sentido é trazer uma abordagem mais humanista, em que os saberes do estudante são reconhecidos e, ainda, promovidas outras possibilidades para construções que venham a potencializar uma formação em que ele seja sujeito protagonista do seu processo de aprendizagem e transformador da sua própria formação inicial bem como do contexto em que está inserido.

Nessa esteira, esta instituição fundamenta-se em uma proposta de avaliação formativa, pois considera que essa é a abordagem que mais se identifica com os seus pressupostos epistemológicos, uma vez que reconhece a processualidade do sujeito que aprende no curso de suas ações e enfrentamentos.

O ato de avaliar necessita abraçar uma dimensão integral para que as competências selecionadas, os objetivos de aprendizagem definidos e a prática sejam fundamentados em processos avaliativos que convidem os sujeitos a refletirem de forma transparente, ética, estética, dialógica, democrática e participativa sobre sua própria ação, seja ela a de ensinar ou aprender.

Nessa direção, compreende-se que a

aprendizagem se constrói num processo equilibrado entre três movimentos principais: **a construção individual** – em que cada aluno percorre seu caminho –; **a grupal** – em que aprendemos com os semelhantes, os pares –; e **a orientada**, em que aprendemos com alguém mais experiente, com um especialista, um professor. (MORAN, 2017, p. 3)

Toda essa construção acontece em um processo cíclico, em que o principal objetivo é promover as aprendizagens e oferecer oportunidades a fim de que elas sejam evidenciadas e orientadas para a direção seguinte. É necessário, então, compreender que esse ciclo (diagnóstico – fragilidades – potencialidades e avanços) não se esgote ou se encerre em si mesmo, mas que seja propositivo em trilhas de aprendizagens congruentes com uma formação mais próxima à realidade no âmbito da RIDE/DF, favorecendo assim o protagonismo desse estudante em suas escolhas formativas.

Nesse sentido, o ciclo da avaliação para as aprendizagens compreende as seguintes etapas:

**Figura 2** - Mapa conceitual da avaliação para as aprendizagens da UnDF



Fonte: DF, 2023. Entretanto, é preciso lembrar de inserir essa referência na bibliografia, ao final do documento. Caso a elaboração seja dos autores ou da UnDF, mas não esteja publicizada, deve-se fazer da seguinte forma: Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ressalta-se que essas etapas não acontecem de forma linear, organizadas em tempos e espaços específicos, com duração cronometrada, mas se entrelaçam, se dinamizam e se desenvolvem à medida que vão acontecendo. Não há tempo determinado, instituído rigidamente, para o seu começo e fim, embora se inicie de um planejamento intencional e totalmente comprometido com as aprendizagens dos estudantes. Estas precisam ser vivenciadas em forma de ciclo que não se finda em si mesmo, mas redireciona para etapas mais complexas e desafiantes, combinando os tempos individuais e os coletivos.

Cortelazzo (2021, p. 18) assinala três etapas fundamentais para a construção de uma proposta avaliativa:

- a) Avaliação **para** a aprendizagem: avaliações semanais, orientando o processo de aprendizagem, com a retomada dos pontos fracos detectados.

b) Avaliação **como** aprendizagem: autoavaliação, avaliação pelos pares, portfólios.

c) Avaliação **da** aprendizagem: desenvolvimento do projeto, avaliações somativas, trabalhos, exercícios, projetos pontuais propostos.

Deve-se pressupor o trabalho com a avaliação para as aprendizagens em diversos instrumentos e procedimentos avaliativos, com a presença de feedbacks frequentes, legítimos e propositivos. O feedback será um momento em que docente e estudante terão a oportunidade de identificar as fragilidades e os avanços diante da atividade desenvolvida. Por essa importância, este precisa ter o caráter encorajador, ao mesmo tempo em que apresenta a realidade do processo de aprendizagem do discente, sempre de maneira respeitosa e ética.

Segundo Villas Boas (2006, p. 78):

as circunstâncias individuais devem ser observadas se a avaliação pretende contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e para o encorajamento do aluno. A avaliação formativa seria desencorajadora para muitos alunos que enfrentam fracasso se fosse baseada exclusivamente em critérios. A combinação da avaliação baseada em critérios com a consideração das condições do aluno fornece informações importantes e é consistente com a ideia de que a avaliação formativa é parte essencial do trabalho pedagógico.

Assim sendo, a avaliação **para** as aprendizagens será aquela que promove ao docente e estudante a aproximação e conhecimento de seus progressos, de forma que possam identificar suas fragilidades, analisá-las de maneira frequente e, principalmente, interativa, desafiando-se a encontrar caminhos, ao mesmo tempo em que consegue dar tratamento adequado e equânime diante dos seus resultados.

A avaliação **como** aprendizagem é aquela que colabora com a reflexão mais ampla de todo o processo, seja ele de aprendizagem, do docente, do material didático, da instituição de ensino e dos pares. Esse espaço de reflexão é fundamental para que docente e estudante compreendam a importância de parar para identificar o que ainda se encontra como fragilidades, reconhecendo-as como uma possibilidade de reorganizar o seu processo de ensino e aprendizagem.

A intencionalidade desse espaço é de oportunizar uma reflexão sobre o próprio processo de aprender a aprender:

A avaliação formativa contribui para que os alunos aprendam a aprender, porque os ajuda a desenvolver as estratégias necessárias; coloca ênfase no processo de ensino e aprendizagem, tornando os alunos participantes

desse processo; possibilita a construção de habilidades de autoavaliação e avaliação por colegas; ajuda os alunos a compreenderem sua própria aprendizagem. Alunos que constroem ativamente sua compreensão sobre novos conceitos (e não meramente absorvem informações) desenvolvem estratégias que os capacitam a situar novas ideias em contexto mais amplo, têm a oportunidade de julgar a qualidade do seu próprio trabalho e do trabalho dos seus colegas, a partir de objetivos de aprendizagem bem definidos e critérios adequados de avaliação, e estão, ao mesmo tempo, construindo capacidades que facilitarão sua aprendizagem ao longo da vida. (VILLAS BOAS, 2006, p. 79)

A avaliação **como** aprendizagem complementa a avaliação **para** as aprendizagens e fornece condições suficientes para o docente oportunizar a avaliação **da** aprendizagem, visando priorizar os aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos.

Além das características até aqui apresentadas, considera-se fundamental que todas as escolas desta universidade consigam compreender e organizar os seus processos avaliativos, respeitando as observações a seguir para **composição das notas finais**.

- **30%** da **nota final do módulo temático ou unidade curricular** será reservada para **um instrumento/procedimento avaliativo**, de caráter **cumulativo**, entregue/apresentado **ao final do ciclo**. Sugere-se que este seja desenvolvido, preferencialmente, ao longo do módulo/unidade curricular e acompanhado pelo docente;
- **70%** da **nota final do módulo temático ou unidade curricular** será reservada para os diversos **instrumentos/procedimentos avaliativos** realizados **durante o processo** de desenvolvimento do módulo/unidade curricular. Podem-se propor **formatos avaliativos** em que se registrem as observações que os docentes tiveram das aprendizagens evidenciadas pelos estudantes no processo formativo das dinâmicas tutoriais ou de atividades diversificadas, e o resultado da média desses formatos é que comporá os 70% da nota final do módulo/unidade curricular.

Tendo em vista o objetivo de **formação integral** que a UnDF propõe, nesses formatos avaliativos elaborados, deve haver espaço para o registro de como ocorrem as aprendizagens nas dimensões profissional, pessoal, interpessoal, social e afetiva, observando como ocorreu o desenvolvimento das competências e objetivos de aprendizagem previstos para o módulo temático/unidade curricular.

Para que a avaliação integral do estudante seja propositiva e que haja um diálogo interinstitucional, deverão ser observados os critérios a seguir.

**Quadro 6** - Critérios a serem observados na avaliação integral do estudante na UnDF

<b>Aspectos a serem observados na participação do estudante nas atividades desenvolvidas</b>
Engajamento na proposição quanto aos objetivos de aprendizagem claros, desafiadores e coerentes.
Participação produtiva nas discussões, contribuindo com seus conhecimentos prévios acerca das temáticas destacadas.
Contribuição efetiva com a discussão, trazendo a leitura e a análise crítico-reflexiva dos diversos referenciais teóricos, integrando os novos conhecimentos com a situação-problema discutida.
Desenvolvimento da capacidade de liderança, protagonismo e autonomia, desempenhando bem sua função.
Articulação do conhecimento adquirido com seu contexto.
Empenho em participar das atividades que acessam uma diversidade de ferramentas digitais.
Apresentação de soluções para os problemas evidenciados no cenário de aprendizagem, elaborando propostas que considerem os recursos disponíveis.
Interação de forma respeitosa e colaborativa/ cooperativa com os pares e o tutor.
Análise, síntese e exposição de suas ideias e opiniões de forma a contribuir com a construção coletiva das aprendizagens.
Desenvolvimento de uma escuta ativa em que se respeitam opiniões divergentes das suas.
Avaliação de todo o processo, fazendo análise de cada um dos elementos vivenciados, como: a qualidade da proposta pedagógica desenvolvida; a contribuição dos pares para o desenvolvimento dela; contribuição do tutor no processo de ensino-aprendizagem; o alcance dos objetivos de aprendizagem a partir do material didático utilizado.
Realização de autoavaliação, refletindo criticamente a respeito de suas aprendizagens, por meio da identificação de suas potencialidades e fragilidades.
Consideração do feedback recebido pelos pares e pelo tutor para qualificar o seu processo de aprendizagem.

Fonte: [Inserir, neste espaço, a fonte do quadro e o ano. ex.: DF, 2023. Entretanto, é preciso lembrar de inserir essa referência na bibliografia, ao final do documento. Caso a elaboração seja dos autores ou da UnDF, mas não esteja publicizada, deve-se fazer da seguinte forma:](#)

Fonte: [Elaboração própria, 2023.](#)

**ORIENTAÇÃO:** Os critérios acima descritos poderão ser acrescidos de outros que o curso julgar necessários para ampliar a proposta pedagógica e a possibilidade de acompanhar, de forma mais detalhada, o seu estudante, desde que os critérios de avaliação não sejam reduzidos ou modificados em relação à proposta maior de avaliação da UnDF.

O estudante deverá ser acompanhado em cada um desses aspectos. O objetivo é que seja uma avaliação que priorize os aspectos qualitativos em todas as suas dimensões, não enfatizando apenas os cognitivos, por assim compreender que o ser humano é integral, e não fragmentado.

Após a avaliação de todos os critérios apresentados, sugere-se identificar em **que lugar o estudante se encontra nesse caminho das aprendizagens**, evidenciando-se sempre a **possibilidade de progressão**. Com fins de escrituração, e para registro desse caminho em constante movimento, propõe-se o seguinte quadro:

**Quadro 7 - Conceitos utilizados na avaliação das aprendizagens da UnDF**

CONCEITOS	SIGLA	PONTUAÇÃO	RESULTADO FINAL
Alcançando a Aprendizagem	AA	9,0 – 10,0	Aprovado
Avançando Na Aprendizagem	ANA	7,0 – 8,9	Aprovado
Caminhando na Aprendizagem	CA	6,0 – 6,9	Aprovado
Iniciando a Aprendizagem	IA	0,1 – 5,9	Reprovado
Aprendizagem Não Evidenciada	ANE	0,0	Reprovado

Fonte: Inserir, neste espaço, a fonte do quadro e o ano. ex.: DF, 2023. Entretanto, é preciso lembrar de inserir essa referência na bibliografia, ao final do documento. Caso a elaboração

seja dos autores ou da UnDF, mas não esteja publicizada, deve-se fazer da seguinte forma:  
Fonte: Elaboração própria, 2023.

Entende-se que, mesmo convertendo o conceito em uma nota, esta constitui-se apenas em um registro necessário no processo do estudante, possibilitando, inclusive, que ele faça transferência a outra instituição, caso seja necessário. O que se preza, no entanto, é **todo o caminho percorrido**, que foi uma trajetória de respeito às construções das aprendizagens do estudante, de desenvolvimento de um trabalho comprometido com a sua promoção constante, de uma avaliação formativa encorajadora e de avanços.

Os conceitos apresentados no quadro reforçam a compreensão de que a aprendizagem não é algo estático, mas está em constante movimento, e isso precisa ser reconhecido pela organização pedagógica do curso. Compreender o movimento que o estudante está produzindo ao longo do seu processo de aprendizagem é o foco que a avaliação da UnDF assume, entendendo que isso é necessário para vivenciar uma avaliação de fato formativa.

Ressalta-se que o foco da avaliação desta instituição será o de **promover a aprendizagem, respeitando os ritmos de cada estudante e contribuindo com o seu avanço ao longo do processo**, por meio dos processos pedagógicos sugeridos neste documento.

### **15.1. Construindo aprendizagens**

A coordenação do curso, colaborativamente com os docentes, deverá prever ações em seus planejamentos que serão desenvolvidas ao longo do processo, visando oportunizar o acompanhamento e a recondução de estudantes com dificuldades, lacunas e/ou necessidades específicas de aprendizagem.

Essas ações poderão contar com o apoio de tutores, monitores ou outros envolvidos (estudantes de outros semestres, orientadores de cursos ou docentes do núcleo de apoio ao estudante) e serão constituídas especialmente por:

- I - revisão de conteúdos;
- II - problemas, exercícios e simulações referentes à aplicação dos conteúdos;
- III - atividades avaliativas previstas em diferentes instrumentos/procedimentos;
- IV - outras atividades específicas a serem definidas pelos docentes.

ORIENTAÇÃO: É importante que, neste espaço, cada curso deixe explícita a maneira como acompanhará o percurso de aprendizagem dos estudantes atendendo às suas necessidades ao longo do processo, propondo estratégias pedagógicas diversificadas que favoreçam o seu desenvolvimento.

## 15.2. Avaliação como lugar de inclusão

Para garantir os direitos de aprendizagem de todos os estudantes, é indispensável que o coordenador do curso e os docentes tenham a compreensão da necessidade de possíveis adaptações curriculares.

Dessa forma, a UnDF prevê:

- adaptação curricular para **estudantes com necessidades educativas específicas**; Se possível, criar um **plano de desenvolvimento acadêmico individualizado**, em parceria com os demais docentes do semestre, para que esse estudante tenha os seus direitos garantidos;
- adaptação curricular para **os estudantes** que apresentaram alguma necessidade ao longo do percurso de aprendizagem da unidade curricular;
- adaptação curricular de acordo com as necessidades que **a turma** apresentar ao longo da unidade curricular;
- adequação de estratégias e recursos pedagógicos para todo e qualquer estudante que apresentar necessidades educativas.

Nesse sentido, a inclusão não atende apenas aos estudantes com necessidades educativas específicas, mas observa e se adapta a todos aqueles que apresentarem necessidades ao longo do curso.

## 15.3. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

Neste espaço, cada curso deverá registrar situações específicas referentes à avaliação do curso, levando em consideração as DCNs de cada um, e ao projeto idealizado, dentro da proposta maior de avaliação da universidade.

Exemplo: O TCC não é obrigatório para todos os cursos, portanto, neste documento, deverá ter uma parte que explicita como serão as diretrizes para o TCC e/ou outras estratégias avaliativas que não foram contempladas na parte teórica;

como acontecerá a inclusão; como serão conduzidas as aprendizagens dos estudantes que não alcançaram os objetivos propostos, entre outros aspectos.

## **16. TIDCs NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Prever, no PPC, o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDICs no processo de ensino-aprendizagem. Esse item é obrigatório em cursos ofertados na modalidade a distância.

Descrever como as TDICs planejadas para o processo de ensino e aprendizagem possibilitam a execução do PPC; viabilizam a acessibilidade digital e comunicacional, e a interatividade entre docentes, estudantes e tutores (estes últimos, quando for o caso); asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar; e propiciam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

### **16.1. Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA**

Caso haja, apontar quais as possibilidades de recursos e/ou plataformas de aprendizagem para se utilizar na EAD.

Observar, com atenção, a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino:

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

§ 1º O Projeto Pedagógico do Curso - PPC deve apresentar claramente, na matriz curricular, o percentual de carga horária a distância e indicar as metodologias a serem utilizadas no momento do protocolo dos pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso.

Art. 3º Todas as atividades presenciais pedagógicas do curso que ofertar carga horária na modalidade de EaD devem ser realizadas exclusivamente no endereço de oferta desse curso, conforme ato autorizativo.

Art. 4º A oferta de carga horária a distância em cursos presenciais deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC para a realização dos objetivos pedagógicos e produção de material didático específico, bem como para a mediação de docentes, tutores e profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC e no plano de ensino da disciplina.

## 17. ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Neste campo, deve-se descrever como ocorrerá a articulação ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso, considerando:

- ✓ a curricularização da extensão como estratégia prevista no Plano Nacional da Educação (PNE 2014 a 2024), regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 (A extensão da UnDF se pautará por essa resolução e uma normativa interna sobre a curricularização da extensão será objeto de normativa interna com vistas a orientar a comunidade acadêmica).
- ✓ a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES que estabelece, entre outras coisas, que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.
- ✓ a política de ensino, pesquisa e extensão, apresentada no item 20.1 deste documento.
- ✓ os princípios da extensão universitária da UnDF abaixo apresentados:
  - ações que tenham como público a comunidade externa à UnDF, tanto na sua proximidade como em localidades mais distantes;
  - ações que estimulam e/ou potencializam as relações entre a universidade e outros setores da sociedade;
  - processos formativos articulados ao ensino e à pesquisa, considerando as demandas sociais e culturais da população;
  - participação dos servidores e estudantes da UnDF no planejamento e na execução das ações;
  - produção e/ou sistematização do conhecimento para a comunidade externa à UnDF.

## **18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

### **18.1. Comissão Própria de Avaliação - CPA**

A avaliação institucional da UnDF é concebida como um processo contínuo, articulado e institucionalizado, de forma que suas práticas levantem dados referentes às fragilidades e potencialidades da instituição e, a partir deles, analisem os impactos de sua atuação, por meio de seus programas, cursos, atividades e projetos na perspectiva do ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Esse processo avaliativo pressupõe um trabalho processual, coletivo, participativo, democrático, acolhedor, transparente e ético, que demanda a constituição de uma cultura avaliativa, que organize as ações de forma propositiva e que promova as mudanças necessárias para superar as fragilidades identificadas pela comunidade acadêmica interna e externa.

Todo esse acompanhamento será conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que, conforme estabelecido no Art. 85 do Estatuto da UnDF, será uma instância desvinculada dos conselhos da universidade (DISTRITO FEDERAL, 2022b) e seus resultados deverão ser divulgados e discutidos com a comunidade acadêmica.

### **18.2. Critérios e procedimentos de avaliação do Curso**

Descrever as estratégias de implantação, monitoramento e avaliação do Curso: procedimentos de coleta, divulgação e discussão de dados, além da definição de metas e prazos e avaliação de seu cumprimento. Por exemplo, citar os prazos para elaboração de regulamentos específicos, como os de estágio e TCC.

### **18.3. Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso**

Descrever os procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso, no que tange o acompanhamento, a consolidação e a atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica.

### **18.4. Exame Nacional de Desempenho do Estudante - ENADE**

Conforme a Lei no 10.861/2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação,



sendo requisito obrigatório para a conclusão do curso e para o recebimento do diploma pelo estudante.

## **19. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

### **19.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Pedagogia atuará no processo acadêmico de concepção, acompanhamento, consolidação e contínua atualização deste PPC.

No Regimento Geral da UnDF, artigo 82, o parágrafo único explica que

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, que exerçam liderança acadêmica em seu âmbito, percebida mediante a produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela UnDF. (DISTRITO FEDERAL, 2022a).

Os docentes integrantes do NDE deverão participar, efetivamente, da formulação, implantação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso.

### **19.2. Colegiado do Curso**

[Apresentar os membros do colegiado e respectivas titulações, as atribuições, a atuação, o regime de trabalho, bem como as atividades desenvolvidas pelo grupo conforme Regimento Geral.](#)

O Colegiado de Curso é o órgão que tem por finalidade acompanhar, avaliar, implementar e propor alterações do Projeto Pedagógico de Curso; discutir temas ligados ao curso; deliberar sobre requerimentos apresentados pelos discentes; planejar e avaliar as atividades acadêmica do curso, sendo composto:

- I - pelo coordenador do curso;
- II - pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso;
- III - pelo corpo docente do curso atuante no semestre vigente;
- IV - por até 2 (dois) representantes discentes eleitos por seus pares; e
- V - por 1 (um) representante dos técnicos-administrativos.

Compete ao Colegiado de Curso:

- analisar e emitir pareceres pertinentes a requerimentos apresentados pelos discentes relativos à mobilidade acadêmica, aproveitamento de estudos, aprovação e revisão de Plano de Estudos, validação de unidades curriculares, dispensa de unidades curriculares, abreviação da duração do curso, dilatação de prazo para integralização curricular e redução de carga horária de estágio supervisionado obrigatório, caso haja;
- analisar pedidos de recursos protocolados por estudantes;
- colaborar com a elaboração, reestruturação e revisão de Projetos Pedagógicos de Curso;
- propor o seu regimento interno;
- propor estratégias de caráter interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical dos cursos, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- propor ações pedagógicas com base nos resultados da avaliação institucional;
- aprovar normas específicas de estágio supervisionado obrigatório elaboradas pelo NDE, caso haja;
- estabelecer o percentual de professores que orientarão os TCCs, caso haja;
- indicar os membros de Banca Examinadora de TCC, caso haja;
- indicar os coordenadores de estágio supervisionado obrigatório, caso haja;
- aprovar o conjunto de atividades curriculares ofertadas em cada período letivo;
- atuar de forma consultiva e deliberativa, em primeira instância, nas áreas de Ensino, desde que não conflite com o Regimento da Graduação;
- exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Regimento Geral da UnDF, ou que, por sua natureza, lhe sejam conferidas.

### **19.3. Coordenação do Curso**

Descrever o perfil, as titulações, as atribuições, o regime de trabalho, bem como as atividades desenvolvidas pelo coordenador de curso, conforme Regimento Geral de graduação da UnDF.

#### **19.4. Perfis das equipes docente, técnico-pedagógica e técnico administrativa**

Este item prevê:

a) A descrição do corpo docente e da equipe técnico pedagógica (pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais) vinculado ao curso considerando os itens a seguir: nome/titulação/área e regime de trabalho;

b) A descrição do corpo técnico-administrativo vinculado ao curso (psicólogo, assistente social, intérprete de libras, laboratorista, bibliotecário, assistente administrativo, secretário, dentre outros).

#### **19.5. Instalações, equipamentos e recursos tecnológicos**

PARA OS CURSOS QUE SERÃO OFERTADOS NO CAMPUS NORTE:

Os cursos ofertados pela Escola de Educação Magistério e Artes - EEMA terão início no Campus Norte da UnDF, na região Norte do DF, em uma área que ocupa um espaço de 6,5 mil m<sup>2</sup> em um prédio cedido pela Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP. A estrutura foi reformada e inaugurada em junho de 2022, com o apoio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, cujo vínculo com a UnDF está expresso na Lei Complementar n. 987, de 26 de julho de 2021. A área física disponível está dimensionada para atender a demanda da EEMA, observando as necessidades de cada curso. Inicialmente, a escola pretende garantir:

- 19 salas de aula, com dimensões, em média, de 24 m<sup>2</sup> até 49 m<sup>2</sup>;
- 01 biblioteca setorial, com área total de, aproximadamente, 60 m<sup>2</sup>, com 156 lugares;
- 02 laboratórios de cultura digital/tecnologias;
- 01 laboratório de ensino e aprendizagem (espaço para oficinas);
- 10 salas, respectivamente, para Secretaria, Reitoria, Pró-Reitorias, Coordenações, Centros Interdisciplinares, e Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- 02 salas de professores;

- 01 sala de multimeios, com recursos audiovisuais;
- 03 salas para instalações administrativas e acadêmicas: ouvidoria, departamento financeiro, serviços de informática, protocolo e outras;
- 02 salas para os serviços gerais: vigilância, limpeza, reparos e conservação e depósito
- 01 copa e 02 áreas de convivência de servidores;
- 2 áreas de convivência para estudantes;
- 01 sala para Centro Acadêmico;
- 06 sanitários adaptados aos estudantes com necessidades educacionais especiais – localizados estrategicamente;
- 06 banheiros, contendo 09 sanitários masculinos e 09 femininos;
- Sanitários para professores;
- 01 guarita na entrada do estacionamento;
- 01 Ludoteca;
- 01 recepção de entrada;
- 01 auditório com capacidade para 200 pessoas, aproximadamente;
- 01 Cantina e/ou lanchonete.

## 20. BIBLIOTECA

A Biblioteca Central (BCE) da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF fica localizada no Campus Norte, em um espaço de aproximadamente 70 m<sup>2</sup>, e dispõe de área reservada para o acervo geral; área para leitura e estudo individual e coletivo; área de atendimento ao usuário; e sistema de informatização que possibilita o uso de computadores pela comunidade acadêmica. A previsão é de que seu funcionamento seja de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h.

A infraestrutura da biblioteca oferece condições de acessibilidade com mobiliário, espaço e ambientes acessíveis para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Para o gerenciamento desse espaço, a UnDF dispõe do software SophiA, o qual atende às necessidades tecnológicas das novas mídias e suportes informacionais, fornece aos usuários instrumentos e ferramentas que propiciam o acesso facilitado à informação, além de possibilitar suporte a todas as atividades operacionais e de controle de uma biblioteca, partindo do procedimento de aquisição até a extração de estatísticas sobre o volume de empréstimos efetuados. Vale destacar ainda que o referido software atende os requisitos de organização e monitoramento do acervo, infraestrutura e serviços, de acordo com as necessidades dos cursos ofertados pela UnDF.

Mesmo em processo de estruturação, a BCE já conta com amplo acervo, composto por mais de 2.500 volumes, sendo, em sua maioria, livros distribuídos nas mais diversas áreas do conhecimento. A biblioteca dispõe anualmente de recursos oriundos do orçamento da universidade, para a melhoria e atualização de seu acervo.

O acervo físico, que dá suporte às atividades de ensino e pesquisa, está em etapa de informatização e tombamento, sendo gradualmente disponibilizado on-line no catálogo da BCE. A biblioteca oferece ainda um conjunto de serviços digitais para gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da universidade, que inclui um repositório digital para a produção docente e discente; uma biblioteca virtual; e uma base de periódicos científicos.

No caso do acervo digital, a BCE possibilita acesso in loco e remoto aos produtos e serviços oferecidos por ela. A biblioteca virtual dispõe de mais de 8 mil

e-books, na plataforma “**Minha Biblioteca**”<sup>7</sup>, e viabiliza acesso físico via internet, sob sua gerência, nos computadores disponíveis na BCE, bem como acesso remoto por meio de ambiente restrito. A BCE oferece também serviços de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Com a gestão da biblioteca, o acesso, in loco ou remoto, a título de diversos periódicos nacionais e internacionais atualizados é realizado mediante a Base de Dados de Periódicos da Business Source Complete - **EBSCO**.

No que diz respeito ao acervo de periódicos, a BCE possui textos na íntegra para mais de 2.000 periódicos científicos, cujo conteúdo inclui:

1.102 periódicos e revistas ativos, com texto completo e de acesso não aberto;

906 periódicos ativos, de texto completo, com revisão por pares e de acesso não aberto;

281 periódicos ativos, de texto completo, com revisão por pares e de acesso não aberto, sem embargo;

852 periódicos ativos, de texto completo e de acesso não aberto, indexados no **Web of Science** ou no **Scopus**.

## **PARA OS CURSOS OFERTADOS EM OUTRO ESPAÇO FÍSICO:**

Descrever as instalações, os equipamentos e recursos de biblioteca disponíveis na instituição que serão utilizados para viabilização curricular do curso.

Do mesmo modo, devem ser descritos os espaços necessários para o desenvolvimento do curso, como:

- a) salas de aula;
- b) sala de professores;
- c) sala de coordenação de curso;
- d) laboratórios de informática;
- e) laboratórios específicos do curso;
- f) biblioteca;
- g) equipamentos;
- h) material permanente e de consumo.

---

<sup>7</sup> Acesso para consulta do acervo no endereço: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/8966>

Em atendimento ao que prevê a legislação, como regra geral, os recursos institucionais, prédios, instalações, equipamentos e recursos didáticos e tecnológicos devem:

- Cumprir a legislação sobre acessibilidade, para bem atender as pessoas com deficiência;
- Possuir iluminação e aeração adequadas às necessidades de cada ambiente;
- Dispor de mobiliário adequado ao desenvolvimento dos cursos pretendidos;
- Possuir acervo bibliográfico condizente com as necessidades de estudo, consulta e pesquisa pelos estudantes e docentes, com número suficiente de exemplares por título;
- Contar com laboratórios de informática para utilização em todos os cursos e com equipamentos específicos quando oferecidos cursos de exigência tecnológica própria;
- Contar com ambientes específicos, conforme os cursos ofertados: laboratórios, oficinas, ateliês e outros;
- Possibilitar a utilização, quando for o caso, de ambientes de produção de empresas e organizações parceiras, desde que, em espaços adequados, com segurança comprovada;
- Utilizar ferramentas e tecnologias educacionais inovadoras, atualizadas, alinhadas com o mundo do trabalho e de forma contextualizada ao longo do processo educacional, visando ao aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem.

## 21. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Nas seções deste capítulo, verificar as políticas institucionais descritas em preto e apontar as ações e estratégias específicas do curso que colaboram e coadunam com elas.

### 21.1. Políticas de ensino, pesquisa e extensão

As instituições universitárias devem estar sensíveis aos problemas suscitados nos diferentes campos de formação com os quais interagem, seja por meio das questões que surgem das atividades profissionais ou pelo retorno de estudantes egressos em permanente atividade formativa no locus profissional. Assim, reafirma-se o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias como parte integrante e indissociável do processo acadêmico definido e pactuado em função das exigências da realidade e, sobretudo, pela efetiva participação das comunidades e grupos sociais locais.

Nessa perspectiva, com a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, pretende-se favorecer uma maior interação entre universidade, sociedade e comunidade de prática, defendida por Wegner (apud FERREIRA, 2014) como um conjunto de pessoas com conhecimentos, habilidades e experiências diversas compartilhando saberes, interesses, recursos, perspectivas, atividades e, sobretudo, práticas para a produção de conhecimento, tanto pessoal, quanto coletivo. Essas pessoas se unem, de forma ativa e colaborativa, em torno de um mesmo interesse, para que juntas possam propor resoluções para os problemas na comunidade, bem como evoluir no aprendizado diário (FERREIRA, 2014).

Define-se extensão como um processo cultural, interdisciplinar, educativo, científico, tecnológico, social e político que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e promove a interação entre a universidade e outros setores da sociedade. As ações extensionistas se opõem ao risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais no ensino superior que, ao reiterar a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e impedem o cumprimento da missão da universidade pública. A extensão é, portanto, em sua essência, um processo de mão dupla entre a universidade e a sociedade, marcado pelo diálogo e troca de saberes.

Assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na UnDF, se concretiza por suas políticas e por meio do desenvolvimento de um currículo integrado e integrador capaz de materializar a prática acadêmica com o campo profissional dos diferentes cursos e com os diferentes contextos culturais, econômicos e socioambientais das comunidades do DF/RIDE na busca de respostas aos problemas da coletividade, por meio da pesquisa básica e aplicada.

Dessa maneira, a extensão e a pesquisa deverão funcionar como instrumentos de inserção social, aproximando o saber acadêmico dos saberes das comunidades, com foco na formação integral do profissional e do cidadão.

## **21.2. Políticas de apoio discente**

As políticas de apoio aos discentes têm a finalidade de promover o acolhimento, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, por meio de programas e ações de combate à evasão e à retenção que englobam, por exemplo, mas não apenas, a concessão de auxílios financeiros e bolsas; o nivelamento; a monitoria; o atendimento psicopedagógico; a mobilidade acadêmica e as oportunidades de estágio. Também são abordados aspectos da organização estudantil, o acompanhamento dos egressos, bem como as ações de estímulo à produção científica discente e à participação em eventos.

Na UnDF, o apoio ao discente se concretiza, dentre outras ações, na sua Política de Assistência Estudantil - PAE, a qual é regida por um conjunto de diretrizes consoantes à visão, à missão e aos valores institucionais e referentes ao compromisso da instituição com a inclusão e com a responsabilidade social. Essa política define um conjunto de ações e estratégias necessárias à garantia de uma educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

A universidade compreende que as políticas estudantis são um direito e devem abranger todos os estudantes, colaborando com seus percursos e processos formativos. Nesse contexto, disponibiliza auxílios, bolsas e incentivos para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes regularmente matriculados nos seus cursos. Destaca-se que os apoios financeiros organizam-se da seguinte forma:

Auxílios: recursos financeiros atribuídos a discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica;

Bolsas: recursos financeiros concedidos a discentes e docentes mediante contrapartida de engajamento e apresentação de resultados em programas e projetos específicos da universidade; e,

Incentivos: apoios financeiros para fins de aprimoramento da formação acadêmica discente e docente.

Para a garantia de uma assistência estudantil correspondente às necessidades dos discentes (considerando as dimensões psicossocial, socioeconômica, científica, cultural e educacional), a PAE define critérios de seleção e relevância de atendimento, e estrutura-se em 4 (quatro) eixos estratégicos:

### **Assistência Prioritária**

Conjunto de ações que visam a redução das desigualdades sociais e a inclusão social na educação superior, oferecendo, ao estudante, condições adequadas de alimentação, moradia e transporte para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Na UnDF, a assistência prioritária se materializa no Auxílio Permanência, Auxílio Creche, Auxílio Transporte e Auxílio Moradia.

### **Promoção e Prevenção**

Conjunto de ações que objetivam a garantia da saúde, qualidade de vida, esporte, cultura e lazer, valorizando o bem-estar, a integração estudantil e as manifestações culturais. O atendimento psicopedagógico é um exemplo de ação contida neste eixo.

### **Apoio e Acompanhamento**

Conjunto de ações que visam estimular a integração do estudante ao contexto universitário, levando em consideração os aspectos pedagógicos, acadêmicos e psicossociais.

Neste espaço, deve-se destacar ações específicas do curso, como: participação em centros acadêmicos; atividades de monitoria; programas de residência pedagógica; em intercâmbios nacionais e internacionais; em eventos científicos/acadêmicos; e em programas de iniciação científica e tecnológica.

## Inclusão e Cidadania

Elencar o conjunto de ações e serviços que promovam acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, entre outros, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas bem como para a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero; da diversidade sexual; das ações afirmativas e da formação para cidadania. Auxílios a estudantes com deficiência e ações de inclusão estão contidas neste eixo.

Resta destacar que o conjunto de diretrizes que estruturam a Política de Assistência Estudantil da UnDF considera que as ações, os programas e os projetos desenvolvidos em seu âmbito devem possibilitar aos estudantes a participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e de arte e cultura. Nesse contexto, a permanência e o êxito decorrem também do compromisso desta instituição de “produzir, disseminar e transferir conhecimento crítico, em consonância com as demandas da sociedade, por meio de atividades acadêmicas alicerçadas na responsabilidade social e sustentabilidade.” (SOUZA, 2022, p. 61).

Neste espaço, recomenda-se destacar, caso existam, as ações e estratégias específicas sobre o assunto, descrevendo o conjunto de bolsas, de auxílios e de incentivos que atendem especificamente aos estudantes do curso, conforme os diferentes perfis socioeconômicos, psicossociais e educacionais.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2013.

AUSUBEL, David. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Trad. Lígia Teopisto. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3. ed. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. [LDBEN]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES no 776/97**. Brasília, DF; 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. **Plano de desenvolvimento institucional - PDI, documento contemplando políticas voltadas para as modalidades presencial e a distância**. Autor: SOUSA, José Vieira de.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" – Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE) (a).

CORTELAZZO, A. L. **Organização didático-pedagógica dos cursos com métodos, técnicas e metodologias: metodologias ativas de ensino e aprendizagem**. [Projeto "Uma Universidade Distrital". Termo de colaboração n. 2/2020]. Brasília, DF: CEBRASPE: FAPDF: FUNAB, 2021.

COUTINHO, C. P.; LISBOA, E. S. Sociedade da Informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. *In: Revista de Educação*, v. 18. n. 1, 2011, p. 5-22. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/14854>. Acesso em: 16 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**. 1993. Disponível em: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id\\_norma=66634](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=66634). Acesso em: 16 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 405, de 19 de setembro de 2017. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília: n. 181 de 20 set. 2017, p. 5, col. 1. Disponível em:

[https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id\\_norma=3549aff35ef64a409d19508b1fbde3ac](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=3549aff35ef64a409d19508b1fbde3ac). Acesso em: 16 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 39.218, de 6 de julho de 2018. Altera a nomenclatura e a estrutura administrativa da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, que passa a se chamar Escola Superior de Polícia Civil e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Edição Extra, Brasília, n. 48, 6 jul. 2018 p. 1, col. 2. Disponível em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id\\_norma=efa1246005244310947ba2957268d2a2](http://www.tc.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=efa1246005244310947ba2957268d2a2). Acesso em: 16 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Lei complementar n. 987, de 26 de julho de 2021. Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal (UnDF) e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Suplemento, Brasília: n. 140, 27 jul. 2021a, p. 5.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 42.333, de 26 julho de 2021. Institui a Universidade do Distrito Federal - UnDF e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, n. 140, 27 jul. 2021b, p. 3.

DISTRITO FEDERAL. Lei n. 403, de 29 de dezembro de 1992. Autoriza o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta do Distrito Federal UnAB/DF e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, n. 263, 30 dez. 1992, p. 1.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (SEEDF). Portaria nº 195, de 8 de setembro de 2008. Autoriza o funcionamento do Curso de Graduação em Enfermagem a ser implantado na Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCES. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, n. 179, 9 set. 2008.

DISTRITO FEDERAL. **Regimento Geral** da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF. (2022a). Disponível em: <http://www.universidade.df.gov.br/regimento-geral/> Acesso em 16 Jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF). Resolução n. 3, de 12 de maio de 2022. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Distrito Federal (UnDF) (2022b). **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 16 de maio de 2022, Seção 1, p. 8-13.

FERREIRA, Andréia A.; SILVA, Bento D. da. Comunidade de prática on-line: uma estratégia para o desenvolvimento profissional dos professores de história. **Educação em Revista**, v. 30, n. 1, p. 37-64, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2012.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. *In*: TACCA, Maria Carmen Villela Rosa (org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Psicologia e educação: desafios e projeções. *In*: RAYS, O. A. (org.). **Trabalho pedagógico**: realidades e perspectivas. Porto Alegre: Sulina, 1999.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. Tradução de Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. Aprendizagem criativa no ensino superior: a significação da dimensão subjetiva. *In*: MARTÍNEZ, A. M.; TACCA, M. C. (org.) **A complexidade da aprendizagem**: destaque ao ensino superior. Campinas, SP: Alínea, 2009.

MITJÁNS, A.; ALVAREZ, P. (orgs.). **O sujeito que aprende**: diálogo entre a psicanálise e o enfoque histórico-cultural. Brasília: Liberlivro, 2014.

MORAN, José; BACICH, Lilian (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017. Disponível em:  
<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

MORIN, E. **Ensinar a viver**: manifesto para mudar a educação. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. São Paulo: Artmed, 2001.

PETERSON, P.; MCCARTHEY, S. **Restructuring in the classroom**: teaching, learning, and School Organization. 1996.

SANFELICE, José Luis. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Periódico do Programa de Pós Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande-MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/212/209>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, J. V. **Educação superior no Distrito Federal: consensos, conflitos e transformações na configuração de um campo**. Brasília: Liber; FE/Universidade de Brasília, 2013.

SOUZA, J. V. Coordenação de Cláudia Maffini Griboski. **Plano de desenvolvimento institucional – PDI, contemplando políticas voltadas para as modalidades presencial e a distância 2022-2026**. [Projeto "Uma Universidade Distrital". Termo de colaboração n. 2/2020]. Brasília, DF: CEBRASPE: FAPDF: FUNAB, 2022.

TOBÓN, Sergio. **Formación integral y competencias: pensamiento complejo, currículo, didáctica y evaluación**. 4. ed. Bogotá: ECOE, 2013.

TORRES, P. L.; IRALA, E. A. F. Aprendizagem colaborativa: teoria e prática. In: TORRES, P. L. (org.). **Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento**. v. 1. Curitiba: SENARPR, 2014.

TUNES, E.; TACCA, M.C. V. R.; BARTHOLO JR., R. S. O professor e o ato de ensinar. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo. v. 35, n. 12, p. 689-698, set./dez., 2005.

VILLAS BOAS, Benigna. Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio. **Revista Linhas críticas**, Brasília, v. 12, n. 22, p. 75-90, jan./jun. 2006.